



Década de **resistência**

Dez anos informando sobre o
ativismo pela terra e pelo o meio
ambiente ao redor do mundo

setembro 2022

Esta é uma tradução para o português do relatório “Decade of defiance: Ten years of reporting land and environmental activism worldwide” que foi publicado originalmente em inglês em 29/09/2022. No caso de qualquer discrepância ou na ausência de clareza, favor consultar a versão original em inglês.

Este relatório contém algumas citações de artigos de imprensa, documentos e fontes que foram traduzidas do inglês para o português. Essas citações são claramente indicadas nas referências.

Década de resistência

Dez anos informando sobre o ativismo pela terra e pelo o meio ambiente ao redor do mundo

Lista de vítimas de 2021	4
Prefácio da Dra. Vandana Shiva	6
Mensagem do nosso diretor executivo, Mike Davis	7
Quênia – estudo de caso	8
Análise global – 2021	9
Principais conclusões – 2021	10
Mais da metade dos ataques de 2021: México, Colômbia e Brasil	12
Índia – estudo de caso	14
Uma década de matanças pelo mundo	16
Mais da metade dos ataques em uma década: Brasil, Colômbia, Filipinas	18
Canadá – estudo de caso	20
O que motiva ataques contra defensores da terra e do meio ambiente?	23
México – estudo de caso	27
Situação após dez anos	29
Brasil – estudo de caso	30
Colômbia – estudo de caso	31
Vitórias para as pessoas – e para o planeta	34
Recomendações	36
Metodologia	38
Agradecimentos	40

Este relatório e nossa campanha são dedicados a todas as pessoas, comunidades e organizações que corajosamente se posicionam em defesa de seus direitos, suas terras e do meio ambiente. Duzentos desses defensores e defensoras foram assassinados em 2021 por fazerem exatamente isso.

Lembramos aqui seus nomes e celebramos seu ativismo.

ARGENTINA

Elías Garay

BOLÍVIA

Lino Peña Vaca

BRASIL

Aldenir dos Santos Macedo

Alex Barros Santos da Silva

Amaral José Stoco Rodrigues

Amarildo Aparecido Rodrigues

Ângelo Venicius Henrique Mozer

Antônio Gonçalves Diniz

Eliseu Pedroso

F.S.S.

Fernando dos Santos Araújo

Getúlio Coutinho dos Santos

Isac Tembê

Jerlei

João de Deus Moreira Rodrigues

José do Carmo Corrêa Júnior

José Francisco de Souza Araújo

José Vane Guajajara

Kevin Fernando Holanda de Souza

Marcelo Chaves Ferreira

Maria da Luz Benício de Sousa

Maria José Rodrigues

Rafael Gasparini Tedesco

Reginaldo Alves Barros

Roberto Muniz Campista

Roberto Pereira da Silva Pandolfe

Sidinei Floriano Da Silva

Wagner Romão da Silva

CHILE

Jordan Liempi Machacan

COLÔMBIA

Ángel Miro Cartagena

Argenis Yatacué

Aura Esther García Peñalver

Cristian Torres Cifuentes

Daniilo Torres

Dilio Bailarín

Edwin Antonio Indaburo

Efrén España

Fermiliano Meneses Hoyos

Fredy Pestana Herrera

Gonzalo Cardona Molina

Iliá Pilcué Yule

Jaime Enrique Basilio Basilio

Jair Adán Roldán Morales

Jhon Alberto Pascal

Jhon Edward Martinez

John Albeiro Paí Pascal

José Riascos

José Santos López

Juana Panesso Dumasá

Luis Alfonso Narváez Escobar

Marcelino Yatacué Ipia

Marcos Fidel Camayo Guetio

Nazaria Calambás Tunubalá

Noel Corsini Zúñiga

Rafael Domicó Carupia

Remberto Arrieta Bohórquez

Rogelio López Figueroa

Sandra Liliana Peña Chocué

Víctor Orlando Mosquera

Wilson de Jesús López

Yarley Margarito Salas

Yordan Eduardo Guetio

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Alexis Kamate Mundunaenda

Emery Bizimana Karabaranga

Eric Kibanja Bashekere

Etienne Mutazimiza Kanyaruchinya

Innocent Paluku Budoyi

Prince Nzabonimpa Ntamakiro

Reagan Maneno Kataghalirwa

Surumwe Burhani Abdou

EQUADOR

Andrés Durazno

Nange Yeti

Víctor Enrique Guillas Gutama

GABÃO

Jean François Ndong Abaume

GUATEMALA

Alberto Tec Caal

Emilio Aguilar Jiménez

Ramón Jiménez

Regilson Choc Cac

HONDURAS

Celenia Bonilla

David Fernando Padilla

Juan Carlos Cerros Escalante

Juan Manuel Moncada

Martín Abad Pandy

Nelson García

Óscar Javier Pérez

Víctor Martínez

ÍNDIA

Kawasi Waga

Daljeet Singh

Gurvinder Singh

Lavepreet Singh

Maynal Haque

Nakshatra Singh

Saddam Husaain

Sheikh Farid

Stan Swamy

T Shridhar

Uika Pandu

Ursa Bhima
Venkatesh S
Vipin Agarwal

QUÊNIA

Joannah Stutchbury

MÉXICO

Alejandro García Zagal
Artemio Arballo Canizalez
Benjamín Pórtela Peralta
Braulio Pérez Sol
Carlos Marqués Oyorzábal
David Díaz Valdez
Donato Bautista Avendaño
Fabián Sombra Miranda
Fabián Valencia Romero
Federico de Jesús Gutiérrez
Fidel Heras Cruz
Flor de Jesús Hernández
Gerardo Mendoza Reyes
Gustavo Acosta Hurtado
Heladio Molina Zavala
Irma Galindo Barrios
Isaías Elacio Palma
Isidoro Hernández
Jacinto Hernández Quiroz
Jaime Jiménez Ruiz
Jesús Solórzano Díaz
Jordán Terjiño Luna
José Ascensión Carrillo Vázquez
José de Jesús Robledo Cruz
José de Jesús Sánchez García
José Santos Isaac Chávez
Juan Justino Galaviz Cruz
Lea Juárez Valenzuela
Leobardo Hernández Regino
Leocadio Galaviz Cruz
Luis Urbano Domínguez Mendoza

Manuel Cartas Pérez
Manuel Hidalgo Vázquez
Marcelino Álvarez González
Marco Antonio Arcos Fuentes
Marco Antonio Jiménez de la Torre
Marcos Quiroz Riaño
María de Jesús Gómez Vega
Martín Hurtado Flores
Mayolo Quiroz Barrios
Miguel Bautista Avendaño
Narciso López Vasquez
Noé Robles Cruz
Oliverio Martínez Merino
Pedro Lunez Pérez
Ramiro Rodríguez Santiz
Ramiro Ventura Apolonio
Raymundo Robles Riaño
Rodrigo Morales Vázquez
Rolando Pérez González
Simón Pedro Pérez López
Tomás Rojo Valencia
Vicente Suástegui Muñoz
Víctor Manuel Vázquez de la Torre

NICARÁGUA

Albert Jairo Hernández Palacio
Armando Pérez Medina
Armando Suarez Matamoros
Bonifacio Dixon Francis
Borlan Gutiérrez Empra
Dolvin Acosta
J.L.P. or J.R.B
Jaoska Jarquín Gutiérrez
Kedelin Jarquín Gutiérrez
Martiniano Julián Macario Samuel
Morgan Pantin
Ody James Waldan Salgado
Romel Simon Kely

Sixto Gutiérrez Empra
Víctor Manuel Matamoros Morales

PERU

Estela Casanto Mauricio
Herasmo García Grau
Lucio Pascual Yumanga
Luis Tapia Meza
Mario Marco López Huanca
Santiago Meléndez Dávila
Yenes Ríos Bonsano

FILIPINAS

Abner Esto
Ana Marie Lemita-Evangelista
Angel Rivas
Antonio “Cano” Arellano
Ariel Evangelista
Edward Esto
Emanuel Asuncion
John Heredia
Joseph Canlas
Juan Macababbad
Julie Catamin
Lenie Rivas
Mark Lee Bacasno
Melvin Dasigao
Puroy Dela Cruz
Randy Dela Cruz
Romeo Loyola Torres
Steve Abua
Willy Rodriguez

VENEZUELA

Carmen Lusdary Rondón
Miguel Antonio Rivas Morales
Nelson Martín Pérez Rodríguez
Wilmer José Castro

Prefácio da Dra. Vandana Shiva



A influente cientista, ativista e escritora Dra. Vandana Shiva passou décadas lutando para proteger a diversidade biológica e cultural.
Everett Collection Inc / Alamy Stock Photo.

Eu posso dizer que, no mundo todo, três pessoas são mortas toda semana ao tentar proteger suas terras e o meio ambiente de forças predatórias. Posso dizer que isso acontece há décadas, e que nos últimos tempos tivemos mais de 200 mortes por ano. Posso dizer também, como diz este relatório, que 200 defensores e defensoras foram assassinados apenas no ano passado. Mas esses números não se tornam reais até ouvirmos os nomes de algumas dessas pessoas.

Marcelo Chaves Ferreira. Sidinei Floriano da Silva. José Santos López. Cada um deles, uma pessoa amada por sua família e por sua comunidade. Jair Adán Roldán Morales. Efrén España. Eric Kibanja Bashekere. Cada um deles, considerado um obstáculo ao lucro de outros. Regilson Choc Cac. Ursa Bhima. Angel Rivas. Cada um deles, morto defendendo não apenas o lugar que amava, mas a saúde do planeta que todos compartilhamos.

É importante imaginar essas vítimas como as pessoas reais que são. É mais fácil para mim. A vida inteira, estive cercada de pessoas defensoras da terra e do meio ambiente e, na verdade, também sou uma delas. Tudo começou nos Himalaias, no norte da Índia, onde meu pai era guarda florestal e minha mãe trabalhava na lavoura. A extração industrial de madeira estava destruindo o ecossistema do qual nós, como seres humanos, dependíamos intrinsecamente. No fundo, sabíamos que o valor das florestas da região não estava na madeira em si, mas na forma como sua extraordinária e abundante diversidade sustenta todas as formas de vida – inclusive a nossa. E assim entramos em rota de colisão com os desmatadores profissionais.

Ao fazer isso, não estávamos apenas nos colocando em perigo. Estávamos confrontando toda uma visão de mundo que acredita que a natureza não é algo a ser valorizado e protegido, mas conquistado e subjugado. Essa visão de mundo tem suas raízes nas revoluções industriais do século XIX no Ocidente ou ainda antes, na teoria científica do chamado ‘Iluminismo’ ocidental. Seja como for, é uma visão que surgiu no Ocidente. Como mostra este relatório, quase todas as pessoas defensoras do meio ambiente e da terra assassinadas são do Sul Global, mas não é o Sul Global que colhe as supostas ‘recompensas’ econômicas de toda essa violência.

A conclusão final e mais triste é que esse ponto de vista nos levou à beira do abismo. Não vivemos apenas em uma emergência climática. Rumamos para a sexta extinção em massa, e esses defensores e defensoras são algumas das únicas pessoas no caminho entre nós e a catástrofe. Eles não merecem proteção apenas por motivos morais básicos. É o futuro da nossa espécie e do nosso planeta que está em jogo.

É por isso que é tão importante o apelo feito pela Global Witness neste relatório para que seja oferecida proteção real àqueles que estão na linha de frente dessa tragédia ecológica e humanitária. São essas pessoas que entendem, no nível mais profundo, como o destino da humanidade está entrelaçado com o destino dos lugares naturais que elas defendem e é por isso que estão dispostas a arriscar tudo para defender esses lugares. E é por isso que elas, mais do que ninguém, merecem proteção.

Isso significa que governos nacionais e organizações supranacionais devem se comprometer a denunciar e investigar esses assassinatos e, em última análise, fazer justiça. Significa que os governos devem garantir a proteção das pessoas defensoras, denunciando e investigando seus assassinatos como meio de acesso à justiça. Significa que as empresas devem garantir que suas operações não causem nenhum dano. E é claro que significa que todos nós devemos seguir expondo essas histórias, não apenas para lembrar aqueles que caíram, mas para continuar seu trabalho, tão urgente e necessário, dizendo ao mundo exatamente por que eles foram mortos.

Em 2021, 200 pessoas foram mortas protegendo sua terra e seus direitos. Convido vocês a ler todos os seus nomes e honrar as pessoas assassinadas com sua atenção. Assim, podemos sentir a sua revolta e, então, agir.

Mensagem do nosso diretor executivo, Mike Davis

Quase dez anos atrás, estava em uma reunião, no nosso escritório em Londres, quando uma colega me tirou da sala para me dar uma notícia. Ela não conseguia encontrar as palavras para se expressar, e por isso, fiquei preocupado. Quando finalmente as palavras saíram, eu soube que um de meus antigos colegas no Camboja – membro de uma equipe da qual eu participara alguns anos antes – havia sido assassinado.

Esse ex-colega se chamava Chut Wutty. Quando trabalhamos juntos no Camboja, ele estava investigando a extração ilegal de madeira. Quando fechamos nosso escritório – por causa de ameaças à nossa equipe devido aos seus esforços em prol dos defensores da floresta – Wutty montou sua própria organização. Ele também se tornou – inesperadamente – um líder dos ativistas comunitários que tentavam proteger suas florestas, que além de serem suas casas, também eram seu meio de subsistência. Agora, Wutty estava morto, baleado durante um confronto com membros das forças de segurança e guardas empregados pela empresa que ele investigava

por extração ilegal de madeira e apropriação de terras. O governo rapidamente tentou encobrir tudo.

Embora nós da Global Witness soubéssemos que nossos parceiros facilmente se tornavam alvos de ataque ao defender suas terras e o meio ambiente, o assassinato de Wutty nos obrigou a enfrentar uma série de questões. Qual era a situação global, quais eram as implicações de tais ataques e o que poderia ser feito para evitá-los?

Em todo o mundo, pessoas defensoras do meio ambiente, como os povos indígenas, arriscam a vida na luta contra as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Ativistas e comunidades têm um papel essencial como primeira linha de defesa contra o colapso ecológico, além de serem pioneiros na campanha para evitá-lo. O objetivo deste relatório é compartilhar reflexões sobre nossa relação com essas questões hoje em dia – dez anos após a morte de Wutty – e fazer um apelo urgente por esforços globais para reduzir os ataques contra os defensores e defensoras.

Chut Wutty caminha na província de Koh Kong. Wutty, conhecido ativista anti-madeireiro que ajudou a expor a venda secreta de parques nacionais pelo Estado, foi morto a tiros, em 25 de abril de 2012, em uma província remota do sudoeste do Camboja. REUTERS / Alamy Stock Photo.



Quênia

"Ela era apenas uma mulher normal, mas seu legado inspirará gerações"



A ativista ambiental Joanna Stutchbury tenta proteger a floresta de Kiambu, em Nairóbi, Quênia, da especulação imobiliária. JOANNAH STUTCHBURY/Facebook page

Joannah tinha seiva de árvore correndo nas veias. Apaixonada pelas árvores, era permacultora, ambientalista e conservacionista em tempo integral, além de mãe e matriarca. Tinha uma paixão ardente e inabalável pelo planeta, e era uma figura divertida e cativante, cheia de vida e alegria de viver. Joannah foi morta a tiros ao voltar para casa, nos arredores de Nairóbi, Quênia, em julho de 2021.

Por muitos anos, Joannah se manifestou com paixão e determinação contra grileiros e conhecidos empreendedores privados que começaram a destruir a floresta de Kiambu perto de onde ela morava. Ganhou as manchetes em 2018, quando enfrentou sozinha os desmatadores e, meses antes de ser morta, venceu um processo judicial contra uma empreiteira que queria fazer obras em uma área de floresta.

No dia do incidente, Joannah parou o carro na entrada de casa para retirar alguns galhos que haviam sido colocados ali propositalmente para bloquear sua passagem. Pouco depois, vizinhos a encontraram morta com o motor do carro ainda ligado. Eu rezo para que ela não tenha percebido nada e não tenha sofrido, mas sei que alguém mandou matar essa mulher extraordinária.

Sabemos que ela estava recebendo várias ameaças de morte. Eu me lembro dela dizendo que homens desconhecidos a abordaram para dizer que ela seria morta se continuasse atrapalhando os planos de construir uma estrada através da mata. Mesmo assim, ela não recebeu absolutamente nenhuma proteção policial. Mas isso não a impediu. Ela continuou lutando pelo que acreditava. Pelo que todos devemos acreditar. Ainda hoje, sua bravura e determinação seguem nos inspirando, apesar de toda a tristeza.

Muitas vezes, eu me pergunto em desespero – quantos outros ambientalistas terão sua força vital arrancada até que os governos comecem a prestar atenção e finalmente se posicionem ao lado desses corajosos pioneiros? Legislação e fiscalização são necessárias globalmente para responsabilizar empresas gananciosas, autoridades corruptas, grileiros inescrupulosos e todos os envolvidos com esse dinheiro sujo de sangue.

Joannah era uma alma excepcional – uma mulher vibrante, questionadora e maravilhosa, com a missão de proteger o mundo de inúmeras maneiras. Mas ela também era uma pessoa normal, comum, como você e eu. Ela não tinha outro objetivo além de viver de forma sustentável, compartilhar seus conhecimentos, cuidar das florestas locais e se preocupar com a crise climática e existencial. E ela amava profundamente a mãe-natureza. Lamentaremos para sempre o que nós e o que o mundo perdeu com sua morte.

Recomendações

O governo do Quênia deve:

- > Garantir que os responsáveis pelo assassinato de Joanna Stutchbury respondam judicialmente.
- > Reconhecer os direitos dos povos indígenas e de comunidades locais que plantam árvores como uma forma essencial e eficaz de proteger as florestas, incluindo a Floresta Kiambu.
- > Proteger os defensores e defensoras da terra e do meio ambiente, garantindo uma proteção regulatória eficaz e robusta para o meio ambiente, os direitos fundiários, os direitos dos povos indígenas, seus meios de subsistência e culturas, incluindo a necessidade de consentimento livre, prévio e informado.
- > Retirar a proposta de emenda à lei de conservação e gestão florestal de 2016. A emenda enfraqueceria os mecanismos de governança das florestas públicas do Quênia, abriria caminho para a grilagem de terras públicas e levaria à perda de vegetação nativa.
- > Em discussões conjuntas com povos indígenas e comunidades florestais, criar um painel consultivo incluindo cientistas climáticos, meteorologistas e ONGs ambientais. Todos eles podem contribuir com experiência e compartilhar dados sobre o que está por vir, à medida que é criado um plano para mitigar as consequências das mudanças climáticas e o aquecimento global.

Tracey West, CEO da Word Forest

Análise global – 2021

200 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos em 2021

Número total de assassinatos documentados por país

México 54	Filipinas 19	Nicarágua 15	
Colômbia 33	Índia 14		República Democrática do Congo 8
	Honduras 8	Guatemala 4	Venezuela 4
Brasil 26	Peru 7	Equador 3	Chile 1
			Argentina 1
		Quênia 1	Bolívia 1
		Gabão 1	

Número de assassinatos documentados por setor

Conflito fundiário onde o setor não pôde ser confirmado* 143	Mineração e extrativismo 27		
	Energia hidrelétrica 13		
	Agronegócio 5	Extração de madeira 4	Estradas e infraestrutura 4
	Pesca 2	Other 1	Caça ilegal 1

*A maioria desses casos estão relacionados a conflitos fundiários, incluindo aqueles relacionados a cultivos ilegais e mudanças na propriedade da terra. A terra é o principal impulsionador dos ataques contra os defensores, porém, em muitos casos, os motivos econômicos por trás da violência relacionada à terra não são relatados..

Principais conclusões – 2021

A Global Witness registrou 200 assassinatos de defensores e defensoras da terra e do meio ambiente em 2021 – **quase quatro pessoas por semana**. Esses ataques letais continuam a ocorrer no contexto de diversas ameaças contra defensores que sofrem violência, intimidação, campanhas de difamação e criminalização por parte de governos, empresas e outros. Isso acontece em todas as regiões do mundo e em quase todos os setores.¹

O México foi o país com o maior número de assassinatos registrados, com defensores mortos todos os meses, totalizando 54 assassinatos em 2021, contra 30 no ano anterior. Mais de 40% dos mortos eram indígenas e mais de um terço do total de casos foram desaparecimentos forçados, incluindo pelo menos oito membros da comunidade Yaqui.

Enquanto o Brasil e a Índia viram um aumento nos ataques letais de 20 para 26 e de 4 para 14, respectivamente, **Colômbia e Filipinas tiveram uma queda nos assassinatos em 2021**, de 65 para 33 e de 30 para 19, respectivamente. No entanto, no geral, continuam sendo dois dos países com o maior número de assassinatos no mundo desde 2012.

Mais de três quartos dos ataques registrados ocorreram na América Latina. No Brasil, Peru e Venezuela, 78% dos ataques ocorreram na Amazônia.

A Global Witness documentou 10 assassinatos na África. A República Democrática do Congo continuou sendo o país com o maior número de ataques – oito defensores foram mortos nesse país em 2021. Todos os oito assassinatos ocorreram no Parque Nacional de Virunga, que continua sendo extremamente perigoso para os guardas florestais que o protegem. A verificação de casos em todo o continente africano continua difícil e é possível que muitos assassinatos não sejam notificados.

Quando o setor pôde ser identificado, pouco mais de um quarto dos ataques letais foram supostamente ligados à exploração de recursos – extração de madeira, mineração e agronegócio em grande escala – e barragens hidrelétricas e outras obras de infraestrutura. No entanto, é provável que esse número seja maior, pois as razões por trás dos ataques a defensores da terra e do meio ambiente geralmente não são devidamente investigadas nem noticiadas. Na maioria dos casos em que o setor não pôde ser identificado, conflitos fundiários foram considerados alguns dos principais motivadores dos ataques contra os defensores. No entanto, em muitos

Freira segura foto de Herasmo García Grau, defensor e líder indígena. Herasmo foi sequestrado e morto por pessoas ligadas ao tráfico de drogas e à extração ilegal de madeira. Carlos Garcia Granthon/Fotoholica Press/LightRocket via Getty Images





Guardas do Parque Nacional de Virunga vigiam o território de Rutshuru, ao norte de Goma, no leste da República Democrática do Congo, em 1º de abril de 2022. Oito guardas florestais do Parque Virunga foram mortos em 2021. ALEXIS HUGUET/AFP via Getty Images

casos, os motivos econômicos por trás da violência relacionada à terra não são relatados. **A mineração foi o setor ligado ao maior número de mortes, com 27 casos** – a maioria dos ataques ocorreu no México (15), seguido de Filipinas (6), Venezuela (4), Nicarágua (1) e Equador (1).

Em 2021, a desproporção no número de ataques contra povos indígenas continuou, com mais de 40% de todos os ataques fatais direcionados a indígenas, apesar de eles representarem apenas 5% da população mundial. Estes foram documentados predominantemente no México, Colômbia, Nicarágua, Peru e Filipinas.

A Global Witness registrou 12 massacres, incluindo três na Índia e quatro no México. Na Nicarágua, grupos criminosos massacraram 15 indígenas e defensores dos direitos à terra em episódios de violência sistemática e generalizada contra os povos indígenas Miskitu e Mayangna.²

Cinquenta das vítimas mortas em 2021 eram pequenos agricultores, o que mostra como a mercantilização e a privatização de terras para agricultura industrial colocam os pequenos produtores cada vez mais em risco, já que muitas negociações fundiárias simplesmente ignoram direitos locais de posse. A agricultura familiar de pequena escala, da qual ainda depende a maioria da população pobre do mundo, está ameaçada por plantações em grande escala, agricultura de exportação e produção de commodities em vez de alimentos.

Cerca de 1 em cada 10 dos defensores mortos em 2021 eram mulheres, dos quais quase dois terços eram indígenas.

A violência de gênero enraizada na misoginia e no machismo é usada desproporcionalmente contra mulheres defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos para controlá-las, silenciá-las e suprimir seu poder e autoridade como líderes.

Acordo de Escazú

Em 22 de abril de 2021, entrou em vigor o ‘Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe’ – também conhecido como Acordo de Escazú.³ É o primeiro tratado regional de direitos humanos e ambientais na América Latina e no Caribe e o primeiro instrumento juridicamente vinculante do mundo a incluir disposições sobre defensores do meio ambiente. O Acordo de Escazú garante o direito de acesso à informação ambiental e de participação na tomada de decisões ambientais. Acima de tudo, exige também que os Estados previnam e investiguem ataques contra defensores do meio ambiente.⁴ No momento da redação deste texto, alguns dos países mais perigosos para os defensores, como Brasil e Colômbia, ainda não haviam ratificado o Acordo, enquanto outros como o México – que o ratificaram – ainda precisam implementá-lo de forma efetiva.⁵

O presidente da Associação de Agricultores de Compostela, Noli Villanueva, precisou se esconder após o assassinato de colegas por homens armados não identificados, após protestos contra a chegada da mineradora AgPet à cidade de Compostela. *Global Witness*



Mais da metade dos ataques de 2021: México, Colômbia e Brasil

Pelo terceiro ano consecutivo, a Global Witness documentou um aumento nos ataques letais no **México** – 54 defensores foram mortos em 2021, quase metade deles, indígenas. Conflitos fundiários e ligados à mineração estão relacionados a dois terços dos ataques letais. Cerca de dois terços dos assassinatos se concentraram nos estados de Oaxaca e Sonora, ambos com investimentos significativos em mineração.

Nos últimos dez anos, o país se tornou um dos lugares mais perigosos para os defensores da terra e do meio ambiente, com 154 casos documentados nesse período. A maioria dos assassinatos (131) ocorreu apenas entre 2017 e 2021.

Desaparições forçadas são comuns – a Global Witness registrou 19 em 2021. Elas são associadas a funcionários públicos corruptos e grupos criminosos organizados e causam um efeito devastador nas famílias e comunidades.⁶ Em setembro de 2021, foram descobertos seis conjuntos de restos humanos perto do território Yaqui, no sul de Sonora, México, suspeitos de pertencer a alguns dos dez homens desaparecidos em julho. Após várias desapareções e assassinatos na comunidade Yaqui no ano passado, as autoridades afirmaram acreditar que os cartéis de drogas eram os responsáveis. Alguns na comunidade, no entanto, disseram que também suspeitam que o governo e as empresas interessadas nas terras e recursos Yaqui estejam envolvidos.⁷

Os territórios indígenas são altamente vulneráveis aos inúmeros projetos extrativistas de grande escala promovidos por empresas nacionais e estrangeiras

e apoiados pelo governo mexicano. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos expressou preocupação com a falta de consulta adequada às comunidades potencialmente afetadas e os ataques subsequentes contra quem se opõe aos projetos. A Comissão alertou sobre campanhas de criminalização e difamação usadas como ameaças aos defensores da terra e do meio ambiente no México.⁸

A impunidade continua generalizada, com mais de 94% dos crimes não denunciados e apenas 0,9% resolvidos.⁹ A ambientalista mexicana Irma Galindo Barrios desapareceu em outubro de 2021. Desde 2018, Irma enfrentava intimidações de funcionários públicos, além de assédio, perseguição, campanhas de difamação e ameaças de morte como resultado de sua defesa das florestas. Essa defesa incluiu a apresentação de uma reclamação formal ao Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais.¹⁰

Embora o Acordo de Escazú tenha sido ratificado pelo México em janeiro de 2021 e entrado em vigor em abril, há pouca capacidade ou orçamento estatal para apoiar os defensores, o que limita a probabilidade de indivíduos e comunidades garantirem acesso à justiça e à reparação.¹¹ O Centro Mexicano de Direitos Ambientais (CEMDA) manifestou preocupação com a diversidade de fatores envolvidos nesse contexto de impunidade, incluindo a falta de cumprimento das normas de direitos humanos na investigação de crimes contra defensores.¹²

O ano de 2021 foi dramático na **Colômbia**, que continua a ter um dos maiores números de assassinatos do mundo.

Yuli Velazquez, representante legal da organização ambientalista FEDEPESAN, analisa fotos de defensores locais assassinados em Barrancabermeja, Colômbia, 21 de julho de 2022. *Negrita Films / Global Witness*





Fernando dos Santos Araújo caminha pelo local onde a polícia executou seu namorado e seus amigos no massacre de Pau d'Arco, em 2017, e onde ele mesmo seria morto em janeiro de 2021. *Spenser Heaps*

Pelo menos 33 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos na Colômbia no ano passado e 2021 também marcou o quinto aniversário do acordo de paz que pôs fim a mais de 50 anos de conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.¹³ Disputas fundiárias são uma força motriz por trás dos assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, e o acordo reconhece a necessidade de abordar questões como deslocamento forçado, posse desigual da terra e substituição de cultivos ilegais por cultivos legais. No entanto, até o momento, a implementação do acordo de paz deixou a desejar: a paz ainda é uma perspectiva distante para muitos colombianos, e as consequências da violência são sentidas principalmente pelos grupos mais vulneráveis, incluindo pequenos agricultores e povos indígenas.

Sandra Liliana Peña era a respeitada líder de uma comunidade indígena Nasa no Departamento de Cauca, uma das áreas mais violentas da Colômbia. Ela se opôs abertamente à expansão de plantações ilegais e, como resultado, foi alvo de múltiplas ameaças. Em abril de 2021, enquanto se preparava para viajar à cidade de Popayán para se encontrar com funcionários do governo local, quatro homens armados a forçaram a sair de casa e a mataram a tiros.¹⁴

Ángel Miro Cartagena era um pequeno agricultor com um grande sonho: queria ajudar a transformar o uso da terra no departamento de Antioquia. Ele estava contribuindo ativamente para um programa de desenvolvimento destinado a produzir café de alta qualidade.¹⁵ Milícias locais estão tentando tomar o controle das terras nesta área a qualquer custo.¹⁶ Ele desapareceu em junho de 2021 e foi encontrado morto em um rio. Seu corpo apresentava sinais de tortura.¹⁷

O **Brasil** viu um aumento nos ataques letais em relação ao ano anterior, o que é representativo das ameaças mais amplas que os defensores da terra e do meio ambiente enfrentam, particularmente sob o governo Bolsonaro.

“A retórica inflamatória, a rejeição da sustentabilidade e a total impunidade provocaram outra epidemia: de intimidação, ataques e assassinato de defensores dos direitos humanos.”¹⁸

– Baskut Tuncak, Relator Especial da ONU sobre Resíduos Tóxicos

Em janeiro de 2021, Fernando Araújo, trabalhador rural sem-terra e membro do Movimento Sem Terra foi morto na sua casa na fazenda Santa Lúcia, em Pau d'Arco, no estado do Pará. O Pará é uma das regiões mais perigosas para os defensores dos direitos humanos no Brasil. Fernando foi testemunha e sobrevivente do maior massacre de trabalhadores rurais no Brasil desde 1996, o massacre de Pau d'Arco, em 2017, que resultou na morte de dez trabalhadores rurais pela polícia na fazenda Santa Lúcia. Ele foi uma testemunha-chave no processo criminal que se seguiu. Até agora, ninguém foi acusado ou preso pelo assassinato de Fernando.¹⁹

No mês seguinte, Isaac Tembê, um líder do povo Tenetehara, foi morto enquanto caçava com amigos. O jovem líder indígena foi baleado no peito à queimadura, em sua própria terra, por um membro da Polícia Militar brasileira. Segundo o povo Tembê-Teneteraha, a Polícia Militar atua como uma milícia privada que defende os interesses de latifundiários e pecuaristas que ocupam ilegalmente áreas da Terra Indígena Tembê. Este caso ilustra a íntima relação entre o agronegócio brasileiro e o terror patrocinado pelo Estado em terras indígenas, que piorou significativamente sob o regime de Bolsonaro.²⁰

Índia

"O caminho da justiça é longo"



Manifestantes indianos protestam contra o assassinato de manifestantes no massacre de Thoothukudi, em Chennai, em 24 de maio de 2018. ARUN SANKAR/AFP via Getty Images

Por volta das 10h do dia 22 de maio de 2018, M.Karthi, um fervoroso defensor da justiça social, disse à mãe que estava indo participar de um protesto nas ruas da cidade vizinha de Thoothukudi, no estado de Tamil Nadu, sul da Índia. Pegou sua moto e partiu, seguido por seu irmão, os amigos Marimuthu e Murugesan, o filho de um conhecido, John, e cerca de outras 15 pessoas. E nunca mais voltou para casa.²¹

M.Karthi foi morto junto com outros 10 em violência instigada pela polícia estadual em Thoothukudi, que também resultou mais de 100 outras pessoas feridas. A população havia se reunido em frente ao escritório do governo local para marcar o centésimo dia de manifestações pacíficas contra uma fábrica de fundição de cobre, a Sterlite Copper, de propriedade da Vedanta Limited. Os moradores queriam que a fábrica fosse fechada devido à poluição do ar e da água. A fábrica, que já era a segunda maior da Índia, estava se preparando para uma expansão que dobraria seu tamanho.²²

Relatos de testemunhas oculares, imagens e vídeos capturados por câmeras e relatos da mídia levantam várias questões perturbadoras sobre o modus operandi do governo local e da polícia. Foi dito que eles atacaram os manifestantes e efetuaram disparos de munição real contra a multidão.²³ Apesar das regras da polícia indiana sobre o uso da força para reprimir protestos, relatos de testemunhas falam de atiradores da polícia disparando



Murugeswari e seu marido Muthupandi em Thoothukudi, Índia. Seu filho M. Karthi, universitário de 22 anos que estudava para ser advogado, foi assassinado a tiros pela polícia em 22 de maio de 2018, num protesto contra a planta de mineração Sterlite Copper. Alina Tiphagne/Global Witness

diretamente contra os manifestantes.²⁴ O governo alegou que os disparos foram uma resposta à violência dos manifestantes. Nos dias que se seguiram, mais quatro pessoas perderam a vida.²⁵

Após o protesto, o governo impôs o desligamento da internet até 25 de maio, limitando o fluxo de informações em Thoothukudi. Também impôs a Seção 144 na área – uma lei do período colonial que limita a reunião pública de quatro ou mais pessoas – até 27 de maio.²⁶

Após quatro anos e vários inquéritos sobre os assassinatos, nem o Estado nem a empresa foram considerados culpados. Para piorar, as organizações da sociedade civil e os defensores da justiça têm enfrentado desde então uma miríade de abusos de direitos humanos, incluindo criminalização, vigilância, restrição de seu direito de reunião, ameaças e violência.²⁷

Esta não é a primeira vez que a Vedanta se envolve em polêmicas na Índia. Já houve inúmeras questões relacionadas às suas operações em todo o país, inclusive no estado oriental de Odisha. Moradores se uniram para impedir que a Vedanta abrisse uma mina de bauxita que teria promovido o desmatamento e devastado uma montanha que eles consideram sagrada. O caso ficou na justiça por mais de uma década até que a Suprema Corte finalmente decidiu contra a Vedanta em 2016, forçando a empresa a abandonar o projeto.²⁸

O massacre de Thoothukudi é emblemático das questões mais prementes de segurança e das represálias enfrentadas pelos defensores dos direitos humanos na Índia. Em 2021, a Índia registrou o maior número de ataques contra defensores dos direitos humanos – cerca de 20% do total de ataques na região da Ásia-Pacífico.²⁹ Muitos defensores, incluindo mulheres indígenas em busca de justiça, são presos e tachados de terroristas devido ao seu trabalho em prol dos direitos humanos. As leis indianas são usadas rotineiramente para atingir os defensores dos direitos humanos: por exemplo, a Foreign Contributions (Regulation) Act de 2010 foi usada para bloquear recursos, congelar contas bancárias e submeter ONGs a investigações, criando um efeito assustador na sociedade civil. Precisamos de ação urgente de governos estrangeiros e outros membros da comunidade internacional para responsabilizar o governo indiano por seu tratamento aos defensores dos direitos humanos.³⁰

Recomendações:

> O governo de Tamil Nadu deve publicar imediatamente o relatório da Comissão de Inquérito Aruna Jagadeesan sobre o massacre de Thoothukudi, juntamente com seu relatório de medidas adotadas (ATR), e discutir as recomendações propostas pelo relatório na assembleia

legislativa de Tamil Nadu. Isso deve incluir a suspensão de todos os funcionários envolvidos, incluindo autoridades distritais e policiais, e o início de processos criminais.

> O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) deve iniciar Procedimentos Especiais para avaliar o cumprimento pela Comissão Nacional de Direitos Humanos da Índia (NHRC) dos padrões internacionais estabelecidos pelos Princípios de Paris, dada a falta de transparência e o fato de que a denúncia sobre o massacre de Thoothukudi foi encerrada apenas cinco meses após o assassinato brutal pela polícia de 16 manifestantes e violência excessiva contra mais de 200 outros, bem como a recusa da NHRC em retomar o assunto, apesar da decisão do Supremo Tribunal de Madras determinando que isso fosse feito.

> O governo da Índia – assim como outros governos, relatores especiais da ONU, ONGs internacionais, ONGs regionais e defensores de direitos humanos da comunidade global – devem apoiar o povo de Thoothukudi e garantir que seja feita justiça para as vítimas do massacre de Thoothukudi.

Alerta para os defensores de direitos humanos – Índia

Uma fotografia do jovem Snowlin marchando no dia do protesto permanece exposta em sua casa, em Thoothukudi, Índia. Snowlin foi morto aos 17 anos durante um protesto contra a fábrica de fundição de cobre Sterlite.. Alina Tiphagne/Global Witness



Uma década de matanças pelo mundo

A Global Witness começou a relatar os assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente em 2012.³¹ Desde então, 1.733 defensores foram mortos tentando proteger suas terras e recursos: **isso equivale a uma média de um defensor morto a cada dois dias ao longo de dez anos.**

Como afirmamos em todos os nossos relatórios no decorrer desse tempo, nossos dados sobre assassinatos representam apenas a ponta do iceberg. Isso porque conflitos, restrições à liberdade de imprensa e à sociedade civil e a falta de monitoramento independente dos ataques aos defensores podem levar à subnotificação.³²

Sabemos que, além dos assassinatos, muitos defensores e comunidades também são coagidos com táticas como ameaças de morte, perseguição, violência sexual ou criminalização – e que esses tipos de ataques são ainda menos notificados.

Esses desafios, juntamente com os rigorosos critérios de verificação da Global Witness para o registro de assassinatos, significam que nossos números são quase certamente subestimados. Para mais informações sobre nossos critérios e metodologia de verificação, consulte a seção ‘Metodologia’.

Proporção de indígenas:

39%

Proporção de mulheres:

11%

Proporção de assassinatos na América Latina:

68%



Membros da rede ambiental filipina Kalikasan protestam em julho de 2022, exigindo que o recém-eleito presidente Marcos Jnr tome medidas para garantir a justiça climática e a proteção dos defensores. *Dennese Victoria*



Berta Cáceres, defensora ambiental Indígena assassinada em 2016 por defender suas terras ancestrais dos danos causados por uma represa hidrelétrica em Honduras. Sua foto foi projetada em frente ao prédio onde se realizou a COP26. *Global Witness*

Uma década de assassinatos de defensores

1.733 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos entre 2012 e 2021

Número total de assassinatos documentados por país 2012-2021:

Brasil 342	México 154	Honduras 117				
Colômbia 322	Guatemala 80	Índia 79		República Democrática do Congo 70		
Filipinas 270	Nicarágua 57	Venezuela 17	Indonésia 14	Paraguai 13	Tailândia 13	
	Peru 51	Camboja 10	Quênia 6			
		Irã 9				
		Mianmar 8				
		Argentina 7				
	Bangladesh 7					



Manifestante indígena conversa com participantes durante protesto para pedir justiça ao governo pelo assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira, em 23 de junho de 2022, Brasília. *Andressa Anholete/Getty Images*

Mais da metade dos ataques em uma década: Brasil, Colômbia, Filipinas

Desde que a Global Witness começou a produzir seus relatórios, o Brasil tem sido o país mais letal para os defensores da terra e do meio ambiente. No geral, é o país com o maior número documentado de assassinatos desde 2012, com 342 no total. Cerca de um terço dos mortos eram indígenas ou afrodescendentes, e mais de 85% dos assassinatos aconteceram na Amazônia.

É importante destacar também que o alto número de casos notificados no Brasil se deve em parte a uma maior conscientização e monitoramento do assunto por parte da sociedade civil em comparação com outras partes do mundo. Conflitos por direitos à terra e à floresta são o principal motivo de assassinatos de defensores no Brasil, e a floresta amazônica é a principal fronteira da luta pelos direitos indígenas e ambientais. Os povos indígenas têm um papel importante como guardiões da floresta amazônica, evitando as emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal e ajudando a conter a crise climática.³³

A Amazônia tornou-se um cenário de crescente violência e impunidade. Com os poderosos interesses do agronegócio

exportador no centro da economia brasileira,³⁴ a Amazônia é o cenário de uma batalha por terras e recursos que se intensificou após a eleição do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro em 2018.³⁵ Desde que Bolsonaro chegou ao poder, ele encorajou a extração ilegal de madeira e o garimpo, enfraqueceu a proteção dos direitos indígenas, atacou grupos de conservação e desmantelou e reduziu os orçamentos e recursos dos órgãos de proteção ambiental e indígena.³⁶ Isso permitiu que quadrilhas e organizações criminosas invadissem impunemente áreas indígenas e de conservação.

O fracasso do Estado em proteger os defensores da terra e do meio ambiente e ao mesmo tempo dar carta branca para a extração ilegal de recursos sugere que o governo brasileiro foi capturado por interesses criminosos.³⁷

O assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira no Vale do Javari, território sem lei na Amazônia brasileira, são indicativos do ataque aos povos indígenas e àqueles que tentam protegê-los. Pereira havia trabalhado anteriormente na Funai. Ele foi

removido de seu cargo como representante da fundação junto a tribos isoladas logo após a chegada de Bolsonaro ao poder, em algo que foi visto como uma ação com motivações políticas. Seu afastamento, no final de 2019, ocorreu logo depois que sua equipe ajudou a desativar um dos maiores garimpos da região amazônica.³⁸

Seguindo de perto o Brasil, dez anos de coleta de dados sobre os assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente colocam a **Colômbia** como o país com o segundo maior número de assassinatos. O governo colombiano prometeu garantir a diminuição da violência.³⁹ Mas a realidade está provando o contrário.

A rede da sociedade civil colombiana Programa Somos Defensores, que documenta e denuncia ataques contra defensores, condenou diversas vezes a inação estatal, inclusive do judiciário, para acabar com a impunidade e o clima de medo.⁴⁰ Essa preocupação com as violações dos direitos humanos também foi ecoada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.⁴¹

As **Filipinas** aparecem com frequência como o pior lugar da Ásia para defensores da terra e do meio ambiente, com 270 defensores mortos entre 2012 e 2021. Mais de 40% (114) dos defensores assassinados eram indígenas lutando para proteger suas terras e o meio ambiente – com quase 80% dos ataques contra defensores indígenas ocorrendo na ilha de Mindanau.

A Global Witness conseguiu vincular mais de 80% dos assassinatos na última década nas Filipinas a protestos de defensores contra operações empresariais. Nossa análise indica que um terço dos assassinatos está ligado ao setor de mineração, seguido de perto pelo agronegócio. As Filipinas estão entre os cinco principais países do mundo em recursos minerais.⁴² Sabe-se que quase 30%

das terras do país contêm grandes jazidas minerais, das quais mais de 8% estão sob concessões de mineração (em julho de 2021).⁴³ Em abril de 2021, o presidente Duterte revogou uma moratória nacional de nove anos para novos projetos de mineração, que estava em vigor desde 2012. Grupos ambientalistas e de direitos humanos criticaram a medida, alertando que a nova ordem poderia pôr em risco ainda maior os defensores, bem como impactar negativamente áreas importantes para a biodiversidade, o abastecimento local de água e alimentos e comunidades indígenas.⁴⁴ O recém-empossado presidente Ferdinand ‘Bongbong’ Romualdez Marcos Jr. também despertou preocupações em seu discurso à nação em julho deste ano, no qual destacou os incentivos do governo a diversos investimentos, inclusive no setor de energia. Ele nem sequer mencionou os dados alarmantes do país em direitos humanos.⁴⁵

O avanço de projetos de desenvolvimento sem qualquer consideração pelos direitos humanos provoca sérias preocupações sobre o futuro dos defensores da terra e do meio ambiente em um país com um dos maiores níveis de assassinatos de defensores do mundo.⁴⁶

Há muito pouca transparência no setor de mineração nas Filipinas, e contratos e dados referentes à mineração raramente são divulgados. As regras que exigem que as mineradoras obtenham o consentimento das comunidades que habitam as áreas em que desejam atuar não são cumpridas de forma consistente.⁴⁷

A impunidade é generalizada: suspeita-se que forças do Estado estejam por trás da maioria dos assassinatos nos poucos casos em que a identidade dos criminosos é descoberta. Instituições estatais fundamentais, incluindo o judiciário e a polícia, são fracas, e os militares e a polícia cometem violações de direitos humanos com pouca responsabilização.⁴⁸

Mineração Morro do Ipê, Minas Gerais, Brasil. No mês de janeiro, chuvas fortes provocaram inundações que destruíram comunidades inteiras e levaram à interrupção das atividades de mineração de ferro no estado..
Jonne Roriz/Bloomberg via Getty Images



Ramón Bedoya à beira da estrada, no memorial de seu pai. Este é o local exato onde Hernan foi assassinado por um atirador em uma motocicleta, em dezembro de 2017. *Thom Pierce | Guardian | Global Witness | UN Environment*



Canadá

"Se destruírem nossa terra, destrõem a nossa gente"

"Você tem que entender nossa frustração. Estamos aqui desde tempos imemoriais, desde muito antes que eles pisassem nessas terras pela primeira vez. E a sua lei permite burlar as regras para que alguém venha destruir nossa terra com a ajuda de vocês. Se fosse sua casa, vocês sentiriam a mesma coisa. Como seria se vândalos destruíssem suas coisas e ninguém fizesse nada?"

Freda Huson, Dzeke ze' (Chefe)
Unist'ot'en Clan, Wet'suwet'en Nation
em conversa com policiais locais⁴⁹

Os rincões da Colúmbia Britânica, no Canadá, estão no centro de um conflito entre lucros corporativos e direitos indígenas, em um projeto de gás natural multibilionário – apontado como o maior investimento do setor privado na história canadense. O gasoduto Coastal GasLink (CGL) de US\$ 6 bilhões e 670 quilômetros recebeu aprovação das autoridades provinciais, mas os caciques Wet'suwet'en que vivem na área afirmam que nenhum gasoduto pode ser construído em seu território tradicional sem o consentimento de seu povo.⁵⁰

Os Wet'suwet'en nunca cederam ou entregaram seu território ao Canadá. Eles vivem aqui desde tempos imemoriais e se governam sob a lei Wet'suwet'en. De fato, os Wet'suwet'en possuem direitos e títulos sobre terras ancestrais reconhecidos pelos tribunais canadenses, e a CGL precisaria de seu consentimento para poder continuar construindo seu gasoduto ali.⁵¹

Freda Huson, líder (Dzeke ze') do povo Wet'suwet'en, canta em cerimônia, enquanto a polícia canadense se aproxima para prendê-la em cumprimento de uma liminar judicial pelo bloqueio das obras de um gasoduto em 2020. Amber Bracken / The Narwhal.





Policial canadense monta guarda junto à ponte do Rio Morice, único ponto de entrada para o centro de cura de Unist'ot'en e única estrada de acesso às obras da Coastal GasLink. Amber Bracken / The Narwhal.

No entanto, apesar de os caciques Wet'suwet'en afirmarem que não querem o projeto do gasoduto CGL, a empresa se estabeleceu nas suas terras. Após uma liminar da Suprema Corte obtida pela CGL em 2019, oficiais armados da Real Polícia Montada do Canadá (RCMP) expulsaram à força os chefes e matriarcas locais, defensores da terra Wet'suwet'en e seus apoiadores. Dezenas foram presos e detidos, incluindo vários representantes da imprensa. Relatos citam falta de alimentos, acesso restrito a representação legal e tratamento inadequado por parte da RCMP.

A CGL pediu ao tribunal que imponha condições para a libertação dos detidos, incluindo a exigência de que os defensores da terra comprovem sua identidade indígena. De acordo com relatos de observadores presentes ao tribunal, as condições de libertação incluem a proibição do retorno ao próprio território e à 'zona de exclusão' – uma zona ao redor da área de remoção forçada onde a presença da mídia é proibida, impedindo assim o acesso público a informação. Recentemente, um juiz da Suprema Corte da Colúmbia Britânica considerou ilegal a prática da RCMP de empregar vastas 'zonas de exclusão'.⁵²

A localização geográfica do povo Wet'suwet'en é isolada e remota, o que dificulta o monitoramento dos observadores de direitos humanos e da mídia. Essa

situação representa uma grave ameaça ao povo, os territórios e a cultura Wet'suwet'en, e é agravada pela detenção de observadores e representantes da mídia.⁵³

O governo provincial da Colúmbia Britânica aprovou os Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas (UNDRIP) em novembro de 2019. A aprovação deveria garantir os direitos dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado em relação a projetos que afetam suas terras e meios de subsistência. Também determina que os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras.⁵⁴

Ao promover um projeto maciço de exploração de combustível fóssil, o Canadá fracassa completamente em sua resposta à grave emergência climática que o país está enfrentando. Para agravar essa situação, o Canadá promoveu essas graves violações de direitos humanos tendo como pano de fundo o genocídio de povos indígenas no país, sobretudo de mulheres e meninas. Muitas políticas do governo canadense estão tendo efeitos devastadores nas comunidades indígenas, levando o primeiro-ministro Justin Trudeau a aceitar publicamente que o Canadá cometeu genocídio.⁵⁵ A resolução desse problema exige a imediata restituição dos poderes dos povos indígenas, incluindo da nação Wet'suwet'en.



Coastal GasLink se preparando para obras de perfuração sob o rio Wedzin Kwa. Cedar George-Parker, da Primeira Nação de Tsleil-Waututh, cantou para tentar preparar os participantes para o choque com a escala do projeto. *Matt Simmons / The Narwhal*

Recomendações

O governo canadense deve:

- > Interromper imediatamente a construção e suspender todas as licenças e aprovações para a construção do gasoduto Coastal GasLink nas terras e territórios tradicionais e não cedidos do povo Wet'suwet'en até que os indígenas deem o seu consentimento livre, prévio e informado, em cumprimento do dever de consulta às populações afetadas.
- > Cessar imediatamente o despejo forçado do povo Wet'suwet'en; garantir que nenhuma força será usada contra os povos Wet'suwet'en; retirar as forças de segurança e policiais do território Wet'suwet'en; e proibir o uso de armas letais pela Real Polícia Montada do Canadá contra os povos indígenas.
- > Cumprir suas obrigações de reconhecer e proteger os direitos dos povos indígenas de possuir, desenvolver, controlar e usar suas terras, territórios e recursos comunais e, sempre que tiverem sido privados das terras e territórios que tradicionalmente possuíam ou habitavam ou que essas terras tiverem sido utilizadas sem o seu consentimento livre e informado, devem ser tomadas medidas para a devolução dessas terras e territórios. Somente quando isso não for possível por

razões de fato, o direito à restituição deve ser substituído pelo direito à indenização justa e imediata. Essa compensação deve, na medida do possível, incluir terras e territórios.



O chefe hereditário dos Wet'suwet'en, Gisdawya, e o chefe Namoks, escutam as alegações do Royal Bank of Canada – financiador do gasoduto Coastal Gas – em reunião anual online, no quarto de hotel, em 7 de abril de 2022. *REUTERS / Alamy Stock Photo.*

O que motiva ataques contra defensores da terra e do meio ambiente?

Os motivos por trás de ameaças e ataques a defensores da terra e do meio ambiente são complexos e diversos, mas há pontos em comum entre os países onde os ataques são mais frequentes.

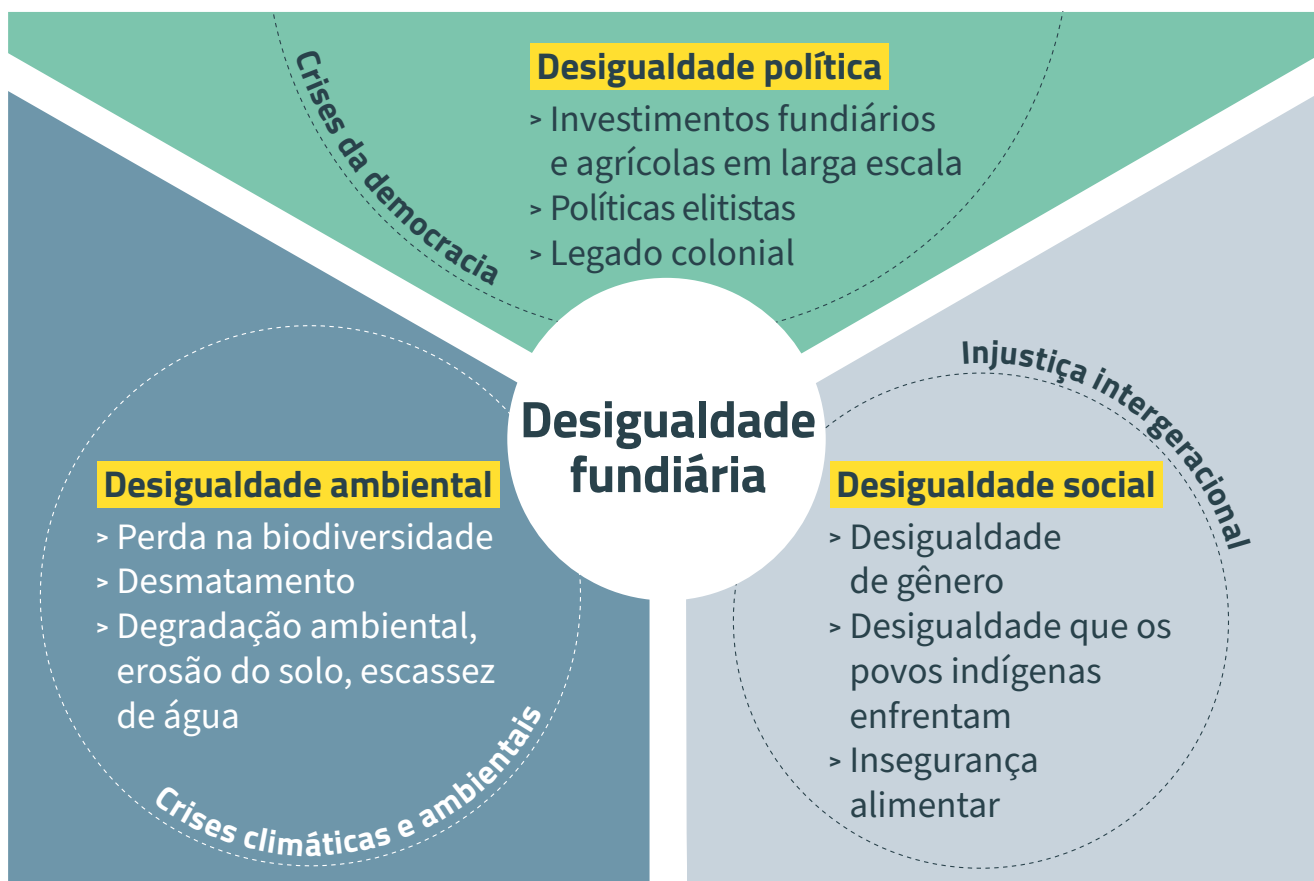
Desigualdade fundiária

Terras e territórios, e conflitos envolvendo seu controle e uso, são questões centrais na maioria dos países onde as ameaças contra os defensores da terra e do meio ambiente estão presentes. Grande parte da crescente violência, assassinatos e repressão contra os defensores está ligada a esses conflitos e à busca do crescimento econômico baseado na extração de recursos naturais. O problema é agravado pela extrema desigualdade na propriedade da terra, que também é um dos principais impulsionadores da desigualdade social e econômica, principalmente na América Latina.⁵⁶

A desigualdade fundiária é um elemento central de muitas crises globais, incluindo crises de poder e

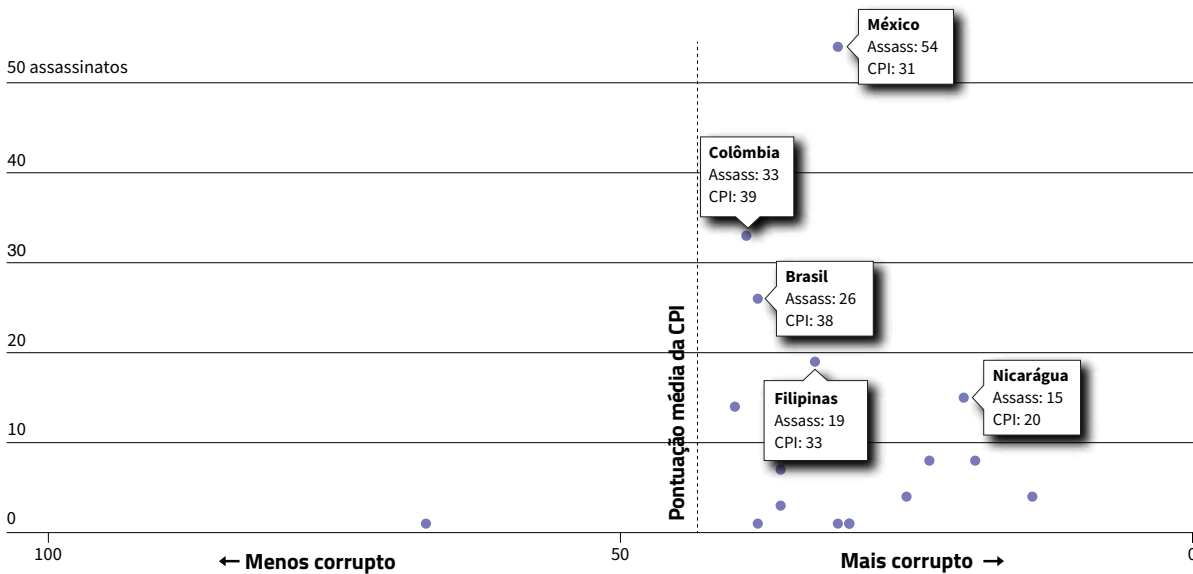
democracia e crises climáticas e de biodiversidade.⁵⁷ A desigualdade fundiária não é inevitável, mas sim o resultado de decisões políticas, forças de mercado ou uma combinação de ambas. Muitas vezes, é o legado da conquista e colonização, como demonstrado na América Latina. As forças do mercado também promovem a desigualdade fundiária ao estimular a acumulação de riqueza por uma elite já muito rica. Pequenos produtores e agricultores familiares, indígenas, mulheres rurais e comunidades rurais sem-terra estão sendo espremidos em pedaços de terra cada vez menores ou expulsos completamente à medida que a desigualdade fundiária aumenta em todo o mundo.⁵⁸

No **Brasil**, onde 342 defensores foram mortos na última década, o índice de Gini (o indicador de desigualdade mais utilizado) de concentração fundiária é de 0,73, o que coloca o Brasil entre os países com maior desigualdade fundiária do mundo. Pesquisas mostram que a desigualdade é maior nos estados com maior produção de commodities agrícolas, como Mato Grosso,



Países corruptos testemunham mais assassinatos

A maioria dos assassinatos ocorreu em países cujo o nível de percepção da corrupção (CPI, em inglês) está acima da média



Source: Transparency International Corruption Perception Index (CPI)



Morador local é visto em um Espaço Territorial de Treinamento e Reincorporação em Dabeiba, em 23 de novembro de 2021, um dia antes do 5º aniversário do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC. JOAQUIN SARMIENTO/AFP via Getty Images

Mato Grosso do Sul, Bahia e na região do Matopiba (que compreende as áreas de cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Ataques contra defensores também são frequentes nesses estados, de acordo com dados da Global Witness. Por exemplo, no Mato Grosso, nove trabalhadores rurais foram torturados e mortos em 2017 por assassinos contratados em uma área de desmatamento ilegal.⁵⁹ O mesmo estudo também aponta que 10% das maiores propriedades ocupam 73% da área agrícola do Brasil. Em todos os estados brasileiros, os 10% das maiores propriedades possuem mais de 50% da área. Em seis estados e no Matopiba, os 10% das maiores propriedades possuem mais de 70% da área.⁶⁰

44 dos 342 defensores mortos no Brasil na última década protestavam contra o agronegócio.

A **Colômbia** tem a maior concentração de propriedades da América Latina, com o 1% das maiores propriedades ocupando 81% das terras e deixando apenas 19% das terras para os 99% das propriedades restantes.⁶¹

Conflito violento

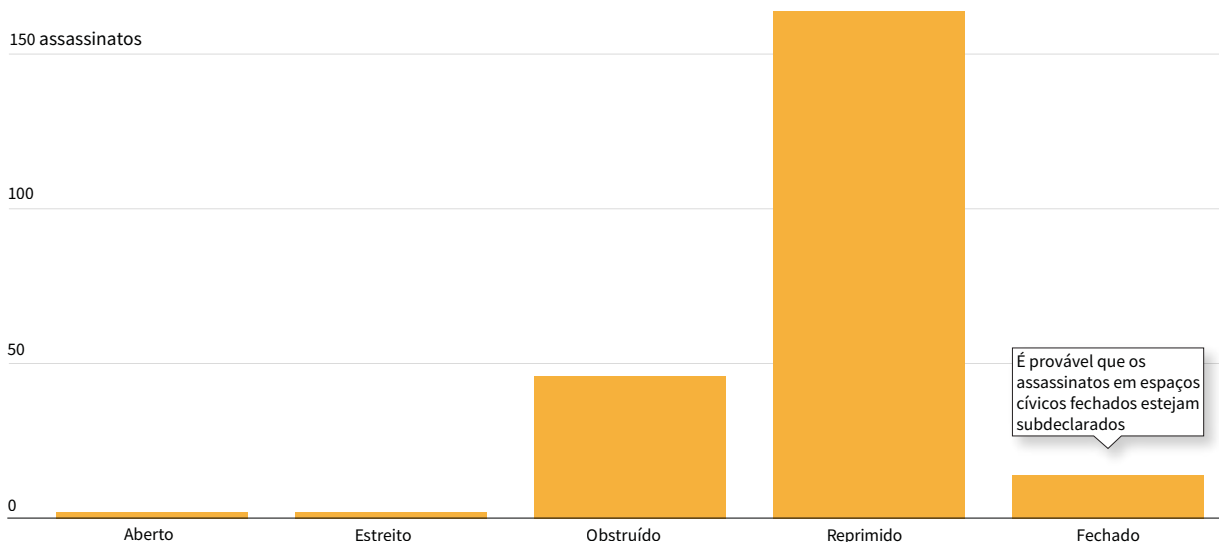
A Colômbia também tem o conflito armado mais longo do continente. É impulsionado por atividades ilícitas



Vista aérea de um campo de coca em uma área desmatada no departamento de Guaviare, Colômbia. A Amazônia colombiana enfrenta degradação ambiental devido a cultivos ilícitos, agricultura intensiva e garimpo. RAUL ARBOLEDA/AFP via Getty Images

Os assassinatos de defensores surgem onde a sociedade civil está enfraquecida

A maioria dos assassinatos ocorreu em países com espaço cívico reprimido



Source: CIVICUS Monitor

e criminosas, incluindo tráfico de drogas, garimpo, sequestro e extorsão.⁶² Isso resultou no deslocamento de quase sete milhões de pessoas e desapropriações em larga escala de suas terras.⁶³ A desigualdade social e econômica está na raiz do conflito, sobretudo a concentração fundiária extrema, tanto em termos de posse quanto de uso da terra.⁶⁴

Conflitos fundiários violentos estão bem documentados e são intimamente ligados à desigualdade fundiária. O aumento da concentração fundiária alimenta os conflitos violentos, que, por sua vez, impulsionam a desigualdade, perpetuando o ciclo de violência.⁶⁵

A Colômbia é um dos países com o maior número de assassinatos registrados em dez anos de dados da Global Witness. Os conflitos associados à terra e aos recursos naturais não são apenas numerosos e frequentes, mas também são usualmente prolongados e têm duas vezes mais chances de se repetir nos primeiros cinco anos do que outros tipos de conflito. Esses conflitos são agravados por problemas como mudanças climáticas, crises democráticas e migração em massa, que provocam ainda mais instabilidade política, econômica, social e ambiental.⁶⁶

Corrupção

Com a crescente demanda mundial por alimentos, combustíveis e commodities, a última década viu um aumento na apropriação de terras para atividades como mineração, extração de madeira, agronegócio e projetos de infraestrutura, com comunidades locais raramente

consultadas ou compensadas.⁶⁷ Os atores envolvidos na apropriação dessas terras costumam ser grandes corporações, fundos de investimento estrangeiros, autoridades nacionais e locais e os governos de nações ricas, mas pobres em recursos, que procuram adquirir terras a baixo custo, prejudicando as populações locais nesse processo.⁶⁸

Defensores da terra e do meio ambiente que tentam obter reparação são fortemente afetados pela corrupção: desde juízes corruptos até policiais e autoridades locais subornados para ameaçar, intimidar ou até mesmo prender membros da comunidade que protestam ou prestam queixas.⁶⁹

Redução do espaço cívico

As ameaças às democracias globais estão aumentando e países em todas as regiões do mundo foram capturados por governantes autoritários nos últimos anos. Em 2021, o atual presidente da Nicarágua ganhou um novo mandato em uma eleição fortemente orquestrada, depois que suas forças de segurança prenderam candidatos da oposição e cancelaram o registro de organizações da sociedade civil.⁷⁰ Líderes eleitos do Brasil à Índia tomaram ou ameaçaram tomar medidas antidemocráticas, o que levou ao enfraquecimento dos valores democráticos no cenário internacional, incluindo a repressão do espaço cívico.⁷¹ Sempre que Estados e corporações sufocam as vozes críticas e reprimem a dissidência política – seja nas ruas, nas redes sociais ou na justiça – o espaço cívico necessário para uma sociedade democrática baseada nos direitos humanos é afetado.⁷²



Moradores locais caminham por área desmatada para dar lugar a uma plantação de seringueiras na província de Ratanakiri, Camboja, março de 2013. *Global Witness / Chris Kelly*

A segurança e a proteção dos defensores dos direitos humanos e o aumento das ameaças às liberdades cívicas se tornaram uma preocupação crescente em todo o mundo. É também uma das questões mais urgentes para a pauta de direitos humanos, pois os defensores se encontram em grande risco pessoal, incluindo o risco de morte e lesões corporais graves. A sociedade civil também dispõe de menos meios para expressar preocupações em relação a questões de direitos humanos, com medo de processos criminais.⁷³

A maioria dos assassinatos na última década ocorreu em países com espaço cívico restrito.

Cultura de impunidade corporativa

No mundo todo, empresas e corporações atuam com a certeza da impunidade, em parte facilitada pela corrupção.⁷⁴ A adesão a diretrizes para evitar danos permanece amplamente voluntária, o que significa que as violações dos direitos ambientais e humanos continuam a ser generalizadas e o preço da reação pode ser fatal.

Poucos responsáveis pelo assassinato de defensores são levados à justiça devido à incapacidade dos governos de investigar ou processar adequadamente alguém por esses crimes.⁷⁵ Muitas autoridades fecham os

olhos ou impedem ativamente a investigação desses assassinatos, possivelmente devido ao conluio entre interesses empresariais e estatais – uma das causas profundas da violência contra os defensores.⁷⁶ Essa impunidade funciona como carta branca para potenciais agressores, que sabem que é pouco provável que tenham que enfrentar consequências por ataques cometidos contra ativistas.

Muitas vezes, informações cruciais estão em poder das empresas, o que dificulta ainda mais a localização dos responsáveis.⁷⁷ As cadeias produtivas globais das empresas são desnecessariamente complexas e pouco transparentes, tornando difícil para as comunidades saber quem é responsável pelos danos.

Ao analisar os dados sobre ataques em sua totalidade, fica claro que muitas empresas adotam um modelo econômico extrativo que prioriza o lucro sobre os danos humanos e ambientais. Esse poder corporativo irresponsável, apoiado por políticas governamentais, é uma força considerável que não apenas agrava a crise climática e as ameaças à biodiversidade, mas que continua causando a morte de defensores.⁷⁸ Em resumo, devemos pôr fim à fetichização do crescimento econômico sem fim e à impunidade das empresas se quisermos preservar a vida como um todo.

México

Décadas de morte e destruição

“Uma faixa de 1.396 quilômetros quadrados de montanhas calcárias cobertas de mata a noroeste da cidade de Colima é protegida pela UNESCO como habitat crítico. Com altitudes que variam de 400m a 2.960m e oito ecossistemas florestais – incluindo tropical, tropical de altitude, florestas de carvalhos e biomas alpinos – esta região conta com cerca de 2.900 variedades de plantas, 336 espécies de aves (um terço do total do México), 85 anfíbios e répteis e 110 mamíferos, incluindo onça-parda, onça-pintada e jaguatirica.”⁷⁹

Assim começa a introdução do popular guia de viagem Lonely Planet sobre a Reserva da Biosfera da UNESCO Sierra de Manantlán, no México, rica em vida selvagem e lar de muitos grupos indígenas.⁸⁰ No entanto, há um lado sinistro nessa popular região turística.

Em abril de 2021, José Santos Isaac Chávez foi brutalmente assassinado. Chávez era líder indígena, advogado e candidato ao Comissariado Ejidal de Ayotitlán (órgão local eleito criado para administrar os territórios indígenas e coordenar ações com as comunidades). Ele foi o único candidato que se opôs abertamente à mina Peña Colorada e suas operações. Chávez foi encontrado morto em seu carro, que havia sido jogado de um penhasco. Seu corpo mostrava sinais de tortura.⁸¹

Esse assassinato está longe de ser o primeiro ligado à mina: repórteres e ativistas locais alegam desaparecimentos e assassinatos relacionados à oposição a Peña Colorada. Ninguém foi julgado por esses crimes. As operações começaram na década de 1970 e acumulam anos de grave violência e abusos de direitos humanos relacionados à mina.⁸²

Felipe Roblada na Cidade do México, em 29 de agosto de 2022. Felipe Roblada, presidente do conselho de anciãos da cidade de Ayotitlan, está envolvido no ativismo contra a mina Peña Colorada, em Jalisco, México. *Quetzalli Nicté Ha / Global Witness*



Uma joint venture entre as corporações siderúrgicas multinacionais ArcelorMittal e Ternium – ambas com sede em Luxemburgo – a mina a céu aberto Peña Colorada tem sido um flagelo para o meio ambiente e os territórios indígenas locais desde o início de suas operações.⁸³ A mina destruiu o Cerro de Los Juanes e transformou a área ao redor em uma zona morta. As operações de mineração provocaram desmatamento, perda de biodiversidade, mudanças climáticas e poluição tóxica. É impossível quantificar a verdadeira escala dos danos, já que a mineradora mantém um controle rígido sobre a área da Sierra de Manantlán. Investigadores independentes não têm permissão para entrar na área da mina, muito menos para verificar as condições de operação e o cumprimento das normas de proteção ambiental.⁸⁴ Contudo, não há evidências de que as empresas que formam a joint venture – ArcelorMittal e Ternium – estejam envolvidas no assassinato de algum defensor da terra.

Além disso, o cartel Jalisco Nueva Generación também tem seus próprios interesses no garimpo ilegal na região. O grupo criminoso impõe suas condições e violência contra a comunidade indígena com total impunidade e sem uma resposta adequada do Estado mexicano.

Os grupos indígenas da área há muito defendem seu território e recursos naturais. Ativistas locais tomaram várias medidas para conter a expansão das operações de mineração, algumas com consequências fatais. Tanto o governo mexicano quanto as empresas proprietárias da mina, ArcelorMittal e Ternium, devem tomar medidas

urgentes para evitar mais mortes e violência e garantir que a justiça seja feita pelos assassinatos e desaparecimentos de defensores que se opuseram à mina.

Recomendações:

O governo do México deve:

- > Cumprir suas obrigações de investigar, fazer justiça e reparar as violações dos direitos humanos contra os defensores da terra e do meio ambiente no México.
- > Estabelecer um roteiro para a implementação do Acordo de Escazú que inclua a coordenação entre os poderes estatais, a criação de políticas e financiamento adequado para garantir mecanismos de justiça ambiental, transparência, acesso à informação e um ambiente seguro para o exercício da defesa ambiental no México.
- > Reconhecer que a comunidade Nahual da Sierra de Manantlán sofre um ataque sistêmico contra sua população e abordar as causas estruturais da continuidade desses atos de violência.
- > Elaborar, implementar e supervisionar mecanismos que garantam o direito dos povos indígenas ao consentimento informado segundo os padrões internacionais e incorporem o princípio de autodeterminação e autonomia dos povos e comunidades indígenas no México.

– **Tsikini AC**

Mina de ferro Peña Colorada, México. A mina destruiu a montanha Cerro de Los Juanes e a área ao seu redor, causando desmatamento, perda de vida selvagem e poluição tóxica. *Walter Bibikow*



Situação após dez anos

O que aprendemos desde que a Global Witness começou a relatar os assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, dez anos atrás? No nível internacional, houve algum progresso feito por governos e empresas, ainda que superficialmente. As empresas estão agora mais conscientes das ameaças que os defensores enfrentam e, de acordo com o Business and Human Rights Resource Center, pelo menos 30 empresas têm políticas em vigor relacionadas aos defensores de direitos humanos e liberdades civis. Todavia, é importante observar que esses são compromissos voluntários e não implementados de forma consistente.⁸⁵ Alguns governos, principalmente na Europa, exigem ou estão em processo de começar a exigir das empresas compromissos obrigatórios referentes a direitos humanos e devida diligência ambiental. O Acordo de Escazú, que entrou em vigor em 2021, é o primeiro instrumento juridicamente vinculante do mundo a incluir disposições sobre defensores de direitos humanos e ambientais.⁸⁶

A morte de cada defensor é um sinal de que nosso sistema econômico fracassou. Alimentada pela busca de lucro e poder, há uma guerra pela natureza. As frentes de batalha são justamente as regiões de maior biodiversidade remanescentes da Terra. A integridade desses sistemas está sob ataque do crime organizado e de governos corruptos que querem explorar madeira, água e minérios para obter lucros – muitas vezes ilegais – a curto prazo.⁸⁷

A maioria desses crimes acontecem em lugares distantes do poder e são cometidos contra aqueles que, de muitas maneiras, têm menos poder. Em muitas regiões, comunidades indígenas, afrodescendentes e outros moradores tradicionais da floresta, apoiados por organizações da sociedade civil, jornalistas, advogados e acadêmicos, estão liderando a reação contra ações irresponsáveis de governos e empresas. Como consequência, essas comunidades são desproporcionalmente afetadas e representam mais de um terço de todos os defensores mortos. Essas mortes representam não apenas vidas perdidas, mas também a perda de culturas, línguas e conhecimentos tradicionais. Esses assassinatos acontecem em lugares onde a lei não funciona ou é controlada por interesses comerciais e políticos, resultando em quase total impunidade. Na verdade, a maioria dos assassinatos nem chega a ser investigada com credibilidade.⁸⁸

Espécies estão sendo perdidas cerca de mil vezes mais rápido que a taxa natural de extinção.⁸⁹ Estamos no meio de uma emergência climática. Essas crises climáticas e

ambientais estão finalmente recebendo alguma atenção, e sua relação com outra crise – a perda de culturas indígenas – está sendo cada vez mais reconhecida.⁹⁰ De animais a insetos e plantas, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade não podem ser efetivamente abordadas sem combater o rápido desaparecimento das culturas indígenas. As duas coisas estão ligadas de forma inseparável.

Como em qualquer guerra, o lado dominante sempre vai querer que o número de vítimas e seus nomes sejam desconhecidos, para que não sejam personalizados. Assim, os poderosos podem criar sua própria narrativa em torno das vítimas. No entanto, por meio de nossos relatórios sobre pessoas e comunidades que tiveram sucesso na luta contra projetos nocivos ou conquistaram direitos sobre suas terras, podemos ver que o poder está na resistência e no protesto coletivo. Portanto, embora este relatório tenha como objetivo alertar e pedir maior proteção para os defensores, também pretendemos inspirar para que se preste ainda mais atenção a essa luta.

É fundamental que o trabalho dos defensores da terra e do meio ambiente prossiga e seja ampliado. É por isso que a Global Witness continuará a produzir relatórios deste tipo – para mostrar o valor dos defensores ao mundo e como eles contribuíram para suas comunidades e famílias.

Advogado de direitos humanos e secretário da Human Rights Defenders Alert – Índia, Henri Tiphagne, em seu escritório em Madurai, Índia. Tiphagne representou manifestantes anti-Sterlite no tribunal. Alina Tiphagne/Global Witness



Brasil

"Vivemos uma guerra silenciosa contra um monstro invisível"

Sou uma mulher negra, marisqueira e quilombola.

Sou uma mulher das águas e tenho orgulho de ser uma marisqueira quilombola. Nasci na comunidade dos Porto dos Cavalos na Ilha da Maré, uma ilha da costa de Salvador, capital do estado da Bahia, no coração da Baía de Todos os Santos. Porto dos Cavalos é um dos seis territórios quilombolas certificados da Ilha da Maré. A Ilha, a segunda maior da Baía de Todos os Santos, é também conhecida como o bairro mais negro de Salvador.

Por mais de duas décadas, estou envolvida na luta pelos direitos das comunidades quilombolas e contra a exploração do nosso território por companhias nacionais e internacionais instaladas na Baía de Todos os Santos.

Além da exploração do nosso território, sofremos diariamente com a contaminação causada por essas companhias e também por aquilo que as companhias chamam de "acidentes" – mas que eu considero crimes ambientais - os quais ocorrem de maneira recorrente, causando danos de toda ordem às comunidades. A poluição intensa das nossas águas, a contaminação do nosso ar e o adoecimento da nossa gente têm ocorrido por muito tempo - nós agora chamamos tanto a nossa terra como os nossos corpos de uma zona de sacrifício.

A virada na minha vida ocorreu quando descobri que a minha filha tinha sido diretamente afetada. Em 2005, um estudo revelou que as crianças que habitavam a Ilha da Maré, incluindo minha filha, tinham alto índices de metais pesados nas suas amostras de cabelo e de sangue. Os alimentos consumidos pelas crianças também apresentavam um alto índice de contaminação. Nós mulheres das águas estamos sofrendo, pois nossos filhos e nossas filhas estão desenvolvendo doenças em função da contaminação, incluindo doenças graves como epilepsia e câncer.

Então, nós continuamos na linha de frente desta batalha. Somos afetadas diariamente por muitos problemas, mas não temos outro recurso senão resistir. Mas essa resistência vem com um preço, um preço muito alto. Por protestar contra os crimes ambientais e os danos à nossa saúde, temos sido sujeitas a ameaças de morte, criminalização e campanhas de difamação. As ameaças contra a minha vida assumiram uma dimensão tão grande recentemente que tive que adotar um esquema de segurança que me obriga a constantemente sair da



Há mais de duas décadas, a defensora brasileira Eliete Paraguassú luta pelos direitos de sua comunidade contra a ocupação de seu território por empresas petrolíferas. Safira Moreira / Global Witness

Ilha da Maré e que não me permite realizar o que eu mais gosto de fazer na vida: mariscar.

A minha resistência continua e não vou deixar que eles me parem. O governo continuamente nos decepciona. A crise atual é reflexo da falta de cumprimento de regulações ambientais, que são por si só precárias, e da total impunidade que nós, residentes da Ilha da Maré, sofremos por décadas.

Continuaremos lutando contra o racismo ambiental imposto contra as comunidades quilombolas e indígenas no Brasil, já que sem luta, não há justiça ambiental, não há vitória. Nós continuaremos lutando e defendendo o nosso território, as nossas vidas, as vidas das nossas crianças e das futuras gerações. Lutamos não somente pela nossa comunidade, mas pela sua também, pela soberania alimentar, pelo acesso à água livre de contaminação e por um ambiente saudável. Precisamos que você se una a nossa luta.

– **Eliete Paraguassú**

Recomendações:

O governo do Brasil deve:

- > Agir imediatamente para interromper os abusos e processos judiciais contra as comunidades e fornecer soluções plausíveis para os danos já ocorridos.
- > De acordo com a OIT 169, estabelecer mecanismos de consulta e participação prévia dos quilombolas em relação a todas as políticas, acordos ou projetos que possam afetar seu modo de vida e territórios tradicionais.
- > Enfrentar a crise de saúde pública e a desigualdade social por meio de investimentos adequados em saneamento básico, incluindo o abastecimento de água potável, coleta de esgoto, bem como o manejo e descarte adequado de resíduos.

Colômbia

Crescimento para as empresas de petróleo, mas não para as comunidades

Desde novembro de 2020, as ameaças, intimidações e pressões que sofri de grupos como as Águilas Negras (ou ‘águias negras’: organizações de extrema direita, contrarrevolucionárias, paramilitares e envolvidas com o tráfico de drogas) e outros grupos, devido ao meu trabalho em defesa dos direitos humanos e da natureza na região de Magdalena Medio, na Colômbia, é semelhante à vivida por dezenas de líderes que vivem na região. Uma dessas líderes teve que fugir para a França em 2022. Três líderes ambientais e amigos meus foram assassinados: dois foram mortos em fevereiro e um no final de julho.

Faz anos que me oponho ativamente à extração de petróleo na região de Magdalena Medio. Os interesses das grandes petroleiras acabaram prevalecendo sobre a vida das comunidades locais, que sofrem graves impactos ambientais e sociais, além de uma ampla gama de violações de direitos humanos.

A comunidade local aqui em Barrancabermeja testemunhou como nossa terra, que costumava ser tão cheia de vida e natureza, foi castigada diversas vezes.

Desde 2013, documentamos como nosso governo continua a privilegiar o dinheiro em detrimento da proteção da região e das pessoas que vivem nela.

Há muitos motivos para preocupação. Estamos preocupados com o meio ambiente ao nosso redor, com a poluição da água, com nossa saúde e principalmente com nossa segurança.

Além de combater a exploração de petróleo, também estamos combatendo a grave poluição causada por um aterro na região. Meu colega Yesid Blanco, pediatra, identificou uma série de doenças por intoxicação por mercúrio diretamente ligadas ao aterro que contamina o abastecimento de água da vila de Patio Bonito, em Barrancabermeja. É difícil encontrar uma criança nascida após 2015 em Patio Bonito que não tenha problemas respiratórios e dermatológicos. Essa geração que foi apelidada de “os filhos do lixo”.

Yesid está agora no exílio depois de compartilhar suas descobertas – ele fugiu da Colômbia em 2018.

Óscar Sampayo fotografa um peixe-boi morto, Barrancabermeja, 21 de julho de 2022. Há muito tempo, os pântanos ao redor desta cidade colombiana são castigados pela poluição, inclusive da indústria petrolífera da região. *Negrita Films / Global Witness*





Óscar Sampayo, ativista antifracking e líder comunitário, Barrancabermeja, Colômbia, 21 de julho de 2022. Sampayo se opõe ativamente à extração de petróleo em Barrancabermeja há anos. *Negrita Films / Global Witness*

Outros continuaram monitorando os impactos e documentando a morte de milhares de peixes, animais com deformidades e o nascimento de cães sem cérebro. Todos os dias, o equivalente a 55 piscinas olímpicas de lixiviados (produtos químicos tóxicos) são despejados no aterro. Somos perseguidos, estigmatizados e ameaçados simplesmente porque exigimos que alguém se responsabilize por isso. Tanto as autoridades quanto o setor privado estão por trás dessas ameaças.

As empresas de combustíveis fósseis que atuam aqui e as empresas que administraram o aterro por anos não fazem uma auditoria rigorosa de suas operações. Nossa preocupação aumenta porque acreditamos que essas atividades envolvam interesses ilegais, possivelmente vinculados a grupos armados, incluindo paramilitares, guerrilheiros e narcotraficantes. Não temos como nos defender dessas pessoas, por isso precisamos de ajuda para proteger a região e as pessoas que vivem aqui.

– **Oscar Sampayo**

Recomendações:

O governo da Colômbia deve:

- > Restabelecer todos os espaços de diálogo com a sociedade civil relacionados à situação dos defensores dos direitos humanos.
- > Adotar e implementar as resoluções e orientações de organizações nacionais e internacionais para garantir um ambiente seguro e favorável para os defensores. Isso inclui relatórios recentes do Relator Especial da ONU sobre defensores de direitos humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e o Protocolo da Esperança, uma iniciativa da sociedade civil desenvolvida para minimizar e combater ameaças contra defensores de direitos humanos. Essas recomendações devem ser o ponto de partida para a construção de uma política integral de proteção aos defensores de direitos humanos.
- > Implementar as disposições do Acordo de Paz especificamente relacionadas à prerrogativa de defender os direitos humanos.

Roubo de carbono – falsas 'soluções' para as mudanças climáticas e ameaças aos defensores da terra e do meio ambiente

Para enfrentar a crise climática de forma eficaz, temos que deixar os combustíveis fósseis no solo. No entanto, nos últimos anos, as empresas têm recorrido cada vez mais ao mercado voluntário de carbono (VCM) – um sistema para criar e comercializar créditos de carbono⁹¹ – como substituto para a urgente e necessária redução das emissões.⁹² Isso não é apenas ineficaz, mas também representa uma ameaça real e adicional para os defensores da terra e do meio ambiente.⁹³

O VCM é dominado por créditos gerados por projetos florestais e de energia renovável. O crescimento recente do VCM e as previsões para sua expansão nesta década têm sérias implicações para a natureza e os direitos fundiários. Seus defensores (dos quais muitos são ligados ao mercado financeiro e ao setor de combustíveis fósseis) estão explorando o chamado “sequestro de carbono” no Sul Global.⁹⁴ Grande parte da terra destinada aos projetos de carbono se sobrepõe a áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, locais e afrodescendentes.⁹⁵ Ou seja, é provável que haja um grande aumento na apropriação de terras relacionado ao que alguns chamam de ‘roubo de carbono’.⁹⁶

Inúmeros projetos ligados ao mercado de carbono supostamente causaram graves violações de direitos humanos:

- > O projeto Aguan Biogas tem sido associado a assassinatos e outros abusos de direitos humanos em Honduras.
- > As plantações industriais de árvores da Green Resources em Uganda levaram à expulsão de milhares de pessoas, muitas das quais relatam ter sofrido violência física nas mãos da polícia.⁹⁷
- > Francisco Martínez, conhecido membro de uma organização indígena em Honduras, morreu esfaqueado em janeiro de 2015. Ele foi um dos três membros da comunidade mortos naquele ano por resistir à construção de projetos hidrelétricos ligados à compensação de carbono em território indígena.⁹⁸ Ninguém ainda foi legalmente responsabilizado por essas mortes em Honduras.

Os envolvidos nas negociações climáticas também não foram capazes de priorizar os direitos humanos

na discussão de soluções para a crise do clima. Na COP21 em Paris, representantes de nações indígenas de todo o mundo saíram às ruas para chamar a atenção para cláusulas fundamentais que foram removidas, justamente as que estabeleciam compromissos vinculantes com a proteção dos direitos humanos e dos direitos dos povos indígenas nas soluções para as mudanças climáticas.⁹⁹ Desde então, tem crescido a oposição de grupos indígenas a projetos de compensação de carbono, frequentemente tidos como soluções ‘baseadas na natureza’. Na COP26 em 2021, Thomas Joseph, ativista indígena da tribo Hoopa, na Califórnia, classificou essas soluções e a mercantilização da natureza como uma sentença de morte.¹⁰⁰

Ativistas indígenas defendem uma abordagem holística das mudanças climáticas, centrada na justiça climática, além de enfatizar a importância de deixar os combustíveis fósseis no subsolo.¹⁰¹ O último relatório do IPCC também destaca a necessidade de evitar ações que aprofundem ainda mais as desigualdades sociais existentes e levem a resultados adversos.¹⁰² Para que essa visão seja alcançada, é essencial que os direitos sobre a terra e os recursos indígenas sejam respeitados e os defensores do meio ambiente sejam protegidos.



Julia Francisco Martinez, viúva do ativista indígena e defensor dos direitos humanos Francisco Martinez Marquez. Francisco foi assassinado em janeiro de 2015, após meses de ameaças de morte. . Giles Clarke

Vitórias para as pessoas – e para o planeta

HONDURAS: Cinco anos após o assassinato da defensora do meio ambiente e indígena Berta Cáceres, em julho de 2021 um tribunal hondurenho considerou Robert David Castillo culpado de ser um dos mandantes do crime- na época em que o assassinato ocorreu, Robert era o chefe da empresa hidrelétrica Desarrollos Energéticos.¹⁰³ Cáceres foi morta a tiros por jagunços em 2016, após anos de ameaças ligadas à sua oposição à represa Agua Zarca, no rio Gualcarque, que atravessa as terras ancestrais do povo Lenca.¹⁰⁴ Em 20 de junho de 2022, Castillo foi finalmente condenado a 22 anos por seu papel em ordenar e planejar o assassinato.

Cáceres era mais conhecida por defender o território indígena Lenca e seus recursos naturais, mas também era uma respeitada analista política, defensora dos direitos das mulheres e ativista anticapitalista.¹⁰⁵ Sua filha, Laura Zúñiga Cáceres, celebrou a decisão judicial como mais um passo na luta por justiça. “É um avanço importante, mas os mandantes do crime ainda gozam de impunidade graças ao seu poder político e econômico. Como vítimas

deste crime, nós, sua família, membros do COPINH (Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras) e o povo Lenca continuaremos exigindo justiça do Estado hondurenho”.¹⁰⁶

BRASIL: Em abril de 2021, em uma decisão histórica que poderia reforçar o direito às terras indígenas no Brasil, o Supremo Tribunal Federal concordou por unanimidade em rever um caso anterior que havia cancelado o mapeamento de um território indígena reivindicado pelo povo Guarani Kaiowá. No centro dessa disputa está o território Guyraroká, que se estende por cerca de 11.000 hectares no estado de Mato Grosso do Sul. Grande parte da área disputada é controlada por José Teixeira, um poderoso político e pecuarista.¹⁰⁷

O povo Guarani Kaiowá diz que suas terras – localizadas no bioma do cerrado – foram roubadas décadas atrás e transformadas em plantações de cana-de-açúcar, o que os forçou a deixar suas terras ancestrais.

Membros da organização hondurenha COPINH se abraçam para comemorar a condenação de David Castillo pelo assassinato da ambientalista e líder indígena Berta Cáceres, em Tegucigalpa, em 5 de julho de 2021. ORLANDO SIERRA/AFP via Getty Images





Moradores participam de manifestação contra os planos da Royal Dutch Shell de iniciar pesquisas sísmicas para explorar petróleo na região da Wild Coast, praia de Mzamba, Sigidi, África do Sul, 5 de dezembro de 2021. *REUTERS/Rogan Ward.*

A decisão é particularmente importante dentro do atual contexto político, em que o discurso do presidente Bolsonaro incentiva ataques aos direitos indígenas. A reabertura do caso é um divisor de águas e também abre um importante precedente para outras disputas por terras indígenas no Brasil.¹⁰⁸

ÁFRICA DO SUL: Depois de um dos maiores protestos pós-apartheid ocorridos na África do Sul, em dezembro de 2021, as comunidades indígenas da região de Wild Coast, no Cabo Oriental, obtiveram uma vitória jurídica histórica contra a gigante de energia e petróleo Shell. Wild Coast faz parte do hotspot de biodiversidade Maputaland-Pondoland-Albany e, além de permitir a subsistência da população local, o oceano tem um significado cultural importante para as comunidades indígenas do Cabo Oriental.

As comunidades ganharam o caso na Suprema Corte da África do Sul com base na violação do seu direito constitucional de serem consultadas e darem consentimento ao projeto. A vitória foi celebrada como um grande avanço no esforço para conter a maré das mudanças climáticas, seguindo outra decisão de 2021, emitida por um tribunal holandês, exigindo que a Shell reduzisse suas emissões mundiais em 45% até o fim de 2030.¹⁰⁹ “Não se trata apenas de dar consentimento”, disse o vice-presidente da ONG local Sustaining the Wild Coast, Sinegugu Zukulu, “trata-se do nosso direito de dizer não diretamente à Shell com base em nossos próprios motivos”.¹¹⁰

INDONÉSIA

COMUNIDADES DA ILHA SANGIHE – Em maio de 2022, moradores da ilha de Sangihe, na província de Sulawesi,



Franz Hemsí, agricultor e defensor da terra em Sulawesi, na Indonésia, obteve o reconhecimento de seus direitos a 20 dos 50 hectares de terra que foram tirados dele de forma ilegítima e violenta. *WALHI/Friends of the Earth Indonesia.*

Indonésia, ganharam uma ação judicial contra uma empresa apoiada pelo Canadá que planejava explorar uma mina de ouro na ilha. Um tribunal decidiu que a licença ambiental emitida para a mineradora PT Tambang Mas Sangihe era inválida e ordenou que as autoridades locais revogassem o alvará. Com 42.000 hectares – uma área equivalente a mais da metade da cidade de Nova York – a mineração no local proposto causaria destruição generalizada. Essas preocupações levaram 56 moradores da região a entrar com uma ação – que acabou bem sucedida – contra a autoridade que emitiu a licença ambiental.

Os moradores de Sangihe também entraram com uma ação separada no tribunal administrativo de Jacarta, na qual buscavam a revogação completa do contrato de mineração.¹¹¹

FRANZ HEMSI – No início deste ano, após 15 anos lutando contra uma empresa de óleo de palma que tomou violentamente suas terras, o agricultor e defensor da terra indonésio Franz Hemsí recebeu o reconhecimento de seus direitos sobre 20 hectares. Hemsí tem lutado incansavelmente contra a PT Mamuang, uma subsidiária da Astra Agro Lestari – a segunda maior empresa de óleo de palma da Indonésia – desde que ela tomou suas terras à força em 2005. A empresa teria se envolvido em prolongados conflitos fundiários com agricultores locais.¹¹² Hemsí foi preso três vezes e ele e sua família sofreram ameaças frequente. Ele teve reconhecidos os seus direitos sobre 20 dos 50 hectares que a empresa tentou tomar, mas isso graças à sua resistência incansável, o apoio de sua comunidade, apoio jurídico e a defesa de sua causa junto aos financiadores da Astra Agro Lestari.¹¹³

Recomendações

São necessárias medidas urgentes para responsabilizar empresas e governos pela violência, criminalização e outros ataques enfrentados por defensores e defensoras da terra e do meio ambiente, que muitas vezes estão na linha de frente da luta contra a crise climática. As seguintes **medidas** devem ser tomadas por governos e empresas para enfrentar os principais motores e facilitadores de ataques contra pessoas defensoras:

Os governos devem:

1. Criar um ambiente seguro para a atuação dos defensores e um espaço cívico para que isso possa acontecer: As leis existentes que protegem os defensores devem ser cumpridas. Quando não houver leis para isso, novos marcos legais devem ser estabelecidos. Os esforços para usar qualquer legislação para criminalizar os defensores devem ser declarados nulos e sem efeito. Os governos devem proteger os direitos dos defensores, incluindo o direito ao consentimento livre, prévio e informado, os direitos dos povos indígenas à sua subsistência e cultura, o direito à vida, à liberdade e à liberdade de expressão e o direito a um ambiente seguro, saudável e sustentável. Estes são direitos humanos básicos, que já estão incorporados em várias legislações, incluindo constituições nacionais. Além disso, mecanismos e ferramentas já existentes devem ser usados para proteger melhor os defensores e promover espaços cívicos, incluindo o Acordo Escazú, os procedimentos do Relator Especial da ONU e o Protocolo Esperanza.

2. Responsabilizar legalmente as empresas envolvidas: Exigir que empresas e instituições financeiras realizem a devida diligência de direitos humanos e riscos ambientais em todas as suas operações globais (incluindo cadeias produtivas e relações comerciais), promovendo transparência e prestação de contas pela violência e outros danos aos defensores da terra e do meio ambiente. As leis de responsabilização corporativa devem cumprir os padrões estabelecidos nos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.

As empresas devem:

3. Identificar, prevenir, mitigar e remediar eventuais danos provocados por suas operações contra defensores: Implementar procedimentos robustos de devida diligência de modo a prevenir, identificar, mitigar e prestar contas por prejuízos aos direitos humanos e danos ambientais em todas as suas operações. As políticas da empresa devem incluir explicitamente protocolos para salvaguardar os direitos dos defensores da terra e do meio ambiente. As empresas devem fornecer soluções rápidas sempre que ocorrerem violações de direitos humanos e danos ambientais.

4. Garantir a conformidade legal e a responsabilidade corporativa em todos os níveis: Implementar com rigor uma política de tolerância zero para represálias e ataques a defensores da terra e do meio ambiente, aquisição ilegal de terras e violações do direito de consentimento livre, prévio e informado em todos os níveis, inclusive em suas operações globais, cadeias produtivas e relacionamentos comerciais. Essas políticas devem indicar quem no nível sênior será responsável pela conformidade legal, como ela será implementada e monitorada, além de parâmetros claros para suspensão imediata ou rescisão de contratos de fornecedores não conformes.

Governos e empresas devem:

5. Implementar uma abordagem baseada em direitos para lidar com as mudanças climáticas: Garantir que os compromissos para implementar o Acordo de Paris estejam alinhados com as obrigações e normas internacionais de direitos humanos existentes e promovam soluções justas e equitativas para combater as mudanças climáticas. Isso deve incluir o fortalecimento dos direitos fundiários das comunidades indígenas e tradicionais e o aumento de sua participação na tomada de decisões, em reconhecimento ao papel fundamental que desempenham na proteção das últimas áreas de biodiversidade remanescentes no planeta.



Vanessa Nakate, ativista da justiça climática em Uganda, fala em uma manifestação pela justiça climática organizada pela Coalizão COP26 realizada em Glasgow, Reino Unido, em 6 de novembro de 2021. *Jasmin Qureshi/Global Witness*



Vista aérea do desmatamento na Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, em Altamira, Pará.
JOAO LAET/AFP via Getty Images

A UE deve assumir a liderança em responsabilidade corporativa

Em fevereiro de 2022, a Comissão Europeia divulgou um projeto de lei para promover a responsabilidade corporativa, exigindo que as empresas avaliem seus impactos nas pessoas e no planeta.¹¹⁴ A diretiva de devida diligência de sustentabilidade corporativa – se aprovada – exigirá que as empresas que atuam na UE identifiquem, previnam e mitiguem os riscos aos direitos humanos e ao meio ambiente associados às suas atividades e reparem os danos que porventura tenham causado. Se aprovada, essa lei pode ser o primeiro marco regional a obrigar as empresas a agir de forma sustentável. Em última instância, poderia também responsabilizar as empresas em tribunais europeus em casos de descumprimento dessa obrigação.

Apesar de seu potencial, vários componentes da proposta de lei devem ser fortalecidos para garantir maior responsabilização corporativa.¹¹⁵ O projeto de lei publicado não reconhece os defensores da terra e do meio ambiente, incluindo os povos indígenas, como atores essenciais com os quais as empresas precisam trabalhar continuamente. A proposta atual afirma apenas que eles devem ser consultados “quando relevante”. Com a crescente violência contra os defensores, é essencial que a legislação exija o real envolvimento das comunidades impactadas e potencialmente impactadas como parte dos processos contínuos de devida diligência de uma empresa.

Além disso, a proposta atual parece dar um passe livre ao setor financeiro sem qualquer justificativa. Instituições financeiras como fundos de investimentos, seguradoras e bancos teriam que cumprir apenas requisitos mínimos de devida diligência em comparação com outras empresas cobertas pela diretiva. A Global Witness vem expondo o papel que financiadores localizados UE e suas subsidiárias no exterior têm ao apoiar a projetos que causam violações de direitos humanos e danos ambientais – incluindo grilagem de terras, desmatamento, corrupção e violência contra defensores da terra e do meio ambiente.¹¹⁶ Assim como outras empresas sujeitas à legislação da UE, as instituições financeiras também devem ser obrigadas a identificar, prevenir e mitigar riscos para as pessoas e para o planeta.

Finalmente, considerando o alerta do IPCC sobre “uma janela de oportunidade breve e que se fecha rapidamente” para enfrentar a crise climática, a diretiva deve incluir elementos vinculantes de devida diligência climática.¹¹⁷ As empresas foram protagonistas na criação da crise climática, mas as ações da comunidade internacional para conter comportamentos empresariais prejudiciais têm sido lentas e insuficientes.¹¹⁸ A ampliação da diretiva para incluir a devida diligência climática garantirá que novos modelos de negócios promovam uma economia mais sustentável e poderá exigir que as empresas reduzam suas emissões globais de gases para alcançar a meta climática de 1,5°C.¹¹⁹



Ativistas climáticos seguram cartazes ao lado de retratos de defensores ambientais mortos ao participar de protestos por justiça climática em 6 de novembro de 2021, na cidade de Quezon, Filipinas. Ezra Acayan/Getty Images.

Recomendações à União Europeia

Como importante bloco comercial com presença global, a União Europeia tem a responsabilidade e a oportunidade de liderar o processo de responsabilização das empresas. A UE tem a obrigação de contribuir para a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, sobretudo nos casos em que suas ações tenham um impacto internacional. Especificamente, a UE deve garantir que a iniciativa de devida diligência de sustentabilidade corporativa:

- > Exija que as empresas trabalhem com comunidades indígenas e locais afetadas e outros defensores da terra e do meio ambiente de maneira segura, significativa e inclusiva.
- > Exija que as instituições financeiras tenham que cumprir normas de devida diligência reconhecidas internacionalmente, incluindo a realização de devida diligência contínua, desvinculando-se com segurança de relações comerciais prejudiciais, nas quais o dano não possa ser evitado, e realizando a devida diligência de parceiros de negócios com base no risco (e não apenas no tamanho da empresa parceira).
- > Exija que as empresas realizem uma devida diligência climática efetiva de acordo com os requisitos propostos de devida diligência ambiental e de direitos humanos.

Metodologia

A campanha da Global Witness em favor dos defensores da terra e do meio ambiente tem o objetivo de pôr fim às inúmeras ameaças e ataques sofridos por defensores da terra e do meio ambiente e suas comunidades. Trabalhamos para aumentar a conscientização sobre esses abusos e amplificar as vozes dos defensores em apoio ao seu trabalho e às suas redes.

Definimos defensores e defensoras da terra e do meio ambiente como pessoas que se posicionam e realizam ações pacíficas contra a exploração injusta, discriminatória, corrupta ou prejudicial dos recursos naturais ou do meio ambiente. Os defensores da terra e do meio ambiente são um tipo específico de defensores dos direitos humanos – e muitas vezes são os mais visados por seu trabalho.

Nossa definição abrange uma ampla gama de pessoas. Os defensores geralmente vivem em comunidades cuja terra, saúde e meios de subsistência são ameaçados por atividades de mineração, extração de madeira, agronegócio ou outras indústrias. Outros defendem a nossa biodiversidade. Outros apoiam esses esforços

por meio de seu trabalho – como advogados de direitos humanos ou ambientais, políticos, guardas florestais, jornalistas ou membros de campanhas ou organizações da sociedade civil, por exemplo.

A Global Witness produz relatórios anuais sobre defensores e defensoras da terra e do meio ambiente assassinados desde 2012. Administramos um banco de dados desses assassinatos para que haja um registro desses eventos trágicos e possamos acompanhar as tendências e destacar as principais questões por trás delas.

Análise sobre assassinatos e desapareções forçadas de defensores e defensoras da terra e do meio ambiente entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021:

A Global Witness identifica casos de assassinatos pesquisando e analisando fontes confiáveis de informações online disponíveis publicamente, por meio do seguinte processo:

- > Identificamos bases de dados de fontes internacionais e nacionais com detalhes sobre os defensores assassinados, como o relatório anual Frontline Defenders e o relatório anual do Programa Somos Defensores referente à Colômbia e, em seguida, pesquisamos cada caso.
- > Utilizamos mecanismos de notificação, usando palavras-chave, e realizamos outras pesquisas online para identificar casos relevantes em todo o mundo.
- > Sempre que possível ou necessário, contatamos parceiros locais ou regionais para obter mais informações sobre os casos. Trabalhamos com aproximadamente 30 organizações locais, nacionais e regionais diferentes em mais de 20 países.

Para atender aos nossos critérios, um caso deve ser apoiado pelas seguintes informações disponíveis:

- > Fontes de informação online publicadas que sejam atuais e que tenham credibilidade.
- > Detalhes sobre o tipo de ato e o método de violência, incluindo a data e o local.
- > Nome e informações biográficas da vítima.
- > Conexões claras, próximas e documentadas a uma questão ambiental ou fundiária.

Às vezes, incluímos um caso que não atende aos critérios descritos acima. Isso acontece quando uma organização local respeitada nos fornece evidências convincentes e não disponíveis online com base em suas próprias investigações.

A Global Witness inclui amigos, colegas e familiares de defensores da terra e do meio ambiente assassinados em seu banco de dados se a) parecer que eles foram assassinados em represália ao trabalho do defensor, ou b) eles tiverem sido mortos em um ataque dirigido ao defensor.

A Global Witness também registra desapareções forçadas de defensores da terra e do meio ambiente, verificando cada caso para atualização no mínimo seis meses após a desapareção. Nos casos em que o indivíduo permanece desaparecido, registra-se o homicídio.

É provável que nossos dados sobre assassinatos sejam subestimados, uma vez que muitos assassinatos não são notificados, principalmente em áreas rurais e em determinados países. Nossos critérios nem sempre podem ser atendidos por uma análise de informações públicas, como reportagens de jornais ou documentos legais, nem por meio de contatos locais. Ou seja, essa metodologia rigorosa significa que nossos números não representam totalmente a escala do problema. Estamos trabalhando para melhorar isso.

Em resumo, os números apresentados neste relatório devem ser considerados apenas como uma imagem parcial da extensão dos assassinatos de defensores e defensoras da terra e do meio ambiente em todo o mundo em 2021. Em 2021, identificamos casos relevantes em 17 países, mas é provável que ataques contra pessoas defensoras da terra e do meio ambiente também tenham ocorrido em outros países onde as violações de direitos humanos são generalizadas. Os motivos pelos quais podemos não ter conseguido documentar esses casos de acordo com nossa metodologia e critérios incluem:

- > Presença limitada de organizações da sociedade civil, ONGs e outros grupos monitorando a situação.
- > Supressão governamental dos meios de comunicação e outros meios de informação.
- > Conflitos mais amplos e/ou violência política, inclusive entre comunidades, que dificultam a identificação de casos específicos.

Agradecimentos

Somos gratos a todos e todas que trabalham incansavelmente para apoiar os defensores e defensoras, muitas vezes correndo grandes riscos, e às vezes com recursos limitados. Sem a devida documentação das seguintes organizações, seria simplesmente impossível para a Global Witness manter sua base de dados e elaborar este relatório. Durante os últimos dez anos, temos contato com o apoio e somos particularmente gratos pela assistência que nos foi prestada por:

Aci-Participa, Honduras

Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques

ALL RISE, África do Sul

Amnesty International

Bufete Jurídico Justicia para los pueblos, México

Business and Human Rights Resource Centre

Centro de Asistencia Legal a Pueblos Indígenas (CALPI), Nicarágua

Centro por la Justicia y Derechos Humanos de la Costa Atlántica Norte de Nicaragua (CEJUDHCAN), Nicarágua

Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), México

Comissão Pastoral da Terra (CPT), Brasil

Comité Cerezo, México

Comité Municipal de Defensa de los Bienes Comunes y Públicos de Tocoa, Colón, Honduras

Coordinadora Nacional de Derechos Humanos, Peru

Corporación Regional Yariguíes – Grupo de Estudios Sociales Extractivos y Ambientales del Magdalena Medio, Colômbia

Crude Accountability

Defenders Protection Initiative, Uganda

Diakonia, Honduras

Felipe Milanez, Brasil

Front Line Defenders

Hivos, Latin America

Human Rights Defenders Alert (HRDA)

Human Rights Watch

Instituto Nacional de Derechos Humanos, Chile

Kalikasan PNE, Filipinas

Lembaga Studi dan Advokasi Masyarakat (ELSAM), Indonésia

Mexicali Resiste, México

Mfolozi Community Environmental Justice Organisation (MCEJO), África do Sul

Odevi, Venezuela

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Colômbia

Peace Brigades International (PBI)

People's Watch, Índia

Proética, Peru

Programa Somos Defensores, Colômbia

Protection International, Indonésia

Protection International, Tailândia

Radio Progreso & Equipo de Reflexión, Investigación y Comunicación (ERIC-SJ), Honduras

Southern Africa Human Rights Defenders, África do Sul

Tskini AC, México

Unidad de Protección a Defensoras y Defensores de Derechos Humanos (UDEFEQUA), Guatemala

Virunga National Park, República Democrática do Congo

WALHI Sulawesi Selatan, Indonésia

Agradecemos também àqueles que ajudaram com a edição, design e imagens, e com a tradução deste relatório. A equipe da campanha de Defensores e Defensoras da Terra e do Meio Ambiente da Global Witness gostaria de reconhecer o trabalho de seus incríveis colegas. Este ano, sem o trabalho árduo da equipe de comunicação da Global Witness e o apoio de BB Partners, das equipes de captação de recursos, de instalação e manutenção, de finanças, de recursos humanos, de informação e tecnologia, e dos departamentos jurídicos e de gestão - assim como de todos que mantêm a organização em funcionamento - a Global Witness não teria sido capaz de apoiar esses corajosos defensores e defensoras que atuam na linha de frente da luta pelos direitos humanos e pelo futuro de nosso planeta.



Manifestação pela justiça climática organizada pela Coalizão COP26 realizada em Glasgow, Reino Unido, em 6 de novembro de 2021. A manifestação fez parte da Marcha Global pela Justiça Climática. *Jasmin Qureshi/Global Witness*

Notas finais

- 1 ‘Defensores de direitos humanos e empresas em 2021: Protecting the rights of people driving a just transition’, Business & Human Rights Resource Centre, 5 de abril de 2022 <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/briefings/hrds-2021/> (acesso em 5 de julho de 2022); ‘Land and Environmental Defenders Attacked at Higher Rates than Previously Thought’, International Land Coalition, 22 de abril de 2022 <https://www.landcoalition.org/en/newsroom/land-and-environmental-defenders-attacked-at-higher-rates-than-previously-thought/> (acesso em 14 de agosto de 2022)
- 2 ‘Nicarágua: Harassment and killings of human rights defenders’, Protect Defenders EU, 15 de setembro de 2021 <https://protectdefenders.eu/nicaragua-harassment-and-killings-of-human-rights-defenders/> (acesso em 6 de julho de 2022); ‘Indígenas denuncian inacción de las autoridades ante masacre en cerro Kiwakumbai’, El Canal Del Orgullo Nicaragüense, Sanchez, L.V., 1 de setembro de 2021 <https://www.vostv.com.ni/nacionales/19774-indigenas-denuncian-inaccion-de-las-autoridades-an/> (acesso em 14 de agosto de 2022)
- 3 ‘The Escazú Agreement enters into force’, Volterra Fietta, E-newsletter <https://www.volterrafietta.com/the-escazu-agreement-enters-into-force/> (acesso em 14 de agosto de 2022); ‘Escazú Agreement Enters into Force in Latin America and the Caribbean on International Mother Earth Day’, United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 22 de abril de 2021 <https://www.cepal.org/en/pressreleases/escazu-agreement-enters-force-latin-america-and-caribbean-international-mother-earth> (acesso em 14 de agosto de 2022)
- 4 ‘The Escazú Agreement: A landmark regional treaty for environmental defenders’, Universal Rights Group, 10 de fevereiro de 2021, <https://www.universal-rights.org/contemporary-and-emerging-human-rights-issues/the-escazu-agreement-a-landmark-regional-treaty-for-environmental-defenders/> (acesso em 24 de julho de 2022)
- 5 Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean, Observatory on Principle 10 in Latin America and the Caribbean <https://observatoriop10.cepal.org/en/treaties/regional-agreement-access-information-public-participation-and-justice-environmental> (acesso em 26 de agosto de 2022)
- 6 ‘Organized crime and corrupt officials responsible for Mexico’s disappearances, UN says’, Lakhani, N., The Guardian, 12 de abril de 2022 <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/12/organized-crime-corrupt-officials-mexico-enforced-disappearances-un>; ‘CED – Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance 22 Session (28 de março de 2022 – 8 de abril de 2022) – Mexico – Report on CED visit to Mexico – 1st report – Findings’, United Nations Human Rights Treaty Bodies, UN Treaty Body Database https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=2531&Lang=en (acesso em 14 de agosto de 2022)
- 7 ‘Sonoran Officials Find Remains Believed to be Missing Yaqui Men’, Fronteras, 23 de setembro de 2021 <https://fronterasdesk.org/content/1719252/sonoran-officials-find-remains-believed-be-missing-yaqui-men#:~:text=Sonoran%20Officials%20Find%20Remains%20Believed%20To%20Be%20Missing%20Yaqui%20Men,-By%20Kendal%20Blust&text=It%20s%20been%20two%20months%20since,town%20in%20neighboring%20Sonora%2C%20Mexico.> (acesso em 24 de julho de 2022); ‘Remains identified of 5 Yaqui men who disappeared in July in Sonora’, Mexico News Daily, 28 September 2021 <https://mexiconewsdaily.com/news/remains-identified-of-5-yaqui-men-who-disappeared-in-july-in-sonora/> (acesso em 14 de agosto de 2021)
- 8 Comissão Interamericana de Derechos Humanos. Capítulo IV a, Desenvolvimento dos Direitos Humanos na Região. Parágrafo 709 <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2021/Chapters/IA2021cap4A-en.pdf>; ‘Integral Protection Policies for Human Rights Defenders, Inter-American Commission on Human Rights 29 de dezembro de 2017, para.45, 94-96 <https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/defensores-eng-2017.pdf> (acesso em 17 de agosto de 2022)
- 9 ‘El tamaño de la impunidad en México’, Impunidad Cero, 2022 <https://www.impunidadcero.org/impunidad-en-mexico/#/> (acesso em 25 de julho de 2022)
- 10 ‘Emiten alerta rosa por desaparición de la ambientalista oaxaqueña Irma Galindo’, Proceso, 10 de novembro de 2021 <https://www.proceso.com.mx/nacional/2021/11/10/emiten-alerta-rosa-por-desaparicion-de-la-ambientalista-oaxaqueña-irma-galindo-275590.html> (acesso em 24 de julho de 2022); ‘Lanzan Alerta Rosa para localizar a Irma Galindo, defensora del bosque en Atlatlahuca, Oaxaca’, Jiménez, C., El Universal Oaxaca, 10 de novembro de 2021 <https://oaxaca.eluniversal.com.mx/sociedad/lanzan-alerta-rosa-para-localizar-irma-galindo-defensora-del-bosque-en-atlatlahuca-oaxaca> (acesso em 14 de agosto de 2022)
- 11 ‘Mexico faces regressive policies in the defence and protection of environmental rights’, Global Witness, 30 de novembro de 2020 <https://www.globalwitness.org/en/blog/escazu-environmentaldefenders-cemda/> (acesso em 15 de agosto de 2022);
- 12 ‘2020 Report on the Situation of Environmental Human Rights Defenders in Mexico’, CEMDA, 2020 https://www.cemda.org.mx/wp-content/uploads/2022/01/CEMDA_INFORME_MAQUETACION-ingles-2.pdf (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 13 O texto completo do Acordo de Paz está aqui: <https://www.eltiempo.com/contenido/politica/proceso-de-paz/ARCHIVO/ARCHIVO-16682558-0.pdf> (acesso em 15 de agosto de 2022)
- 14 ‘Killing of Nasa Woman Human Rights Defender Sandra Liliana Peña Chocué’, Frontline Defenders <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/killing-nasa-woman-human-rights-defender-sandra-liliana-pena-chocue> (acesso em 15 de agosto de 2022); ‘Nasa Indigenous Governor Sandra Liliana Peña Chocué shot and killed’, ABColombia, 23 de abril de 2021 <https://www.abcolombia.org.uk/nasa-indigenous-leader-killed/> (acesso em 15 de agosto de 2022)
- 15 ‘Denuncian asesinato de líder social Ángel Miro Cartagena en Antioquia’, Noticias Caracol, 20 de junho de 2021 <https://noticias.caracol.com/antioquia/denuncian-asesinato-de-lider-social-angel-miro-cartagena-en-antioquia> (acessado em 15 de agosto de 2022)
- 16 ‘Paramilitarism in a Post-Demobilization Context? Insights from the Department of Antioquia in Colombia’, Wienand, S., and Tremaria, S., European Review of Latin American and Caribbean Studies, No. 103 (2017): Janeiro-junho, pp. 25-50 www.erlacs.org
- 17 ‘Asesinan al líder social Ángel Miro Cartagena en Dabeiba, Antioquia’, Contagi Radio, 21 de junho de 2021 <https://www.contagioradio.com/asesinan-al-lider-social-angel-miro-cartagena-en-dabeiba-antioquia/> (acesso em 15 de agosto de 2022)
- 18 ‘Threats to Environmental and Human Rights Defenders in Brazil: Legal and Policy Gaps’, OECD Watch, FIDH, The Observatory for the Protection of Human Rights Defenders, OMCT-SOS Torture Network, março de 2022, p.9 <https://www.oecdwatch.org/wp-content/uploads/sites/8/2022/03/Bridging-Brazilian-governance-gaps-Environmental-and-human-rights-defenders-2.pdf> (acesso em 7 de julho de 2022)
- 19 ‘Threats to Environmental And Human Rights Defenders In Brazil: Legal And Policy Gaps’, OECD Watch, FIDH, The Observatory for the Protection of Human Rights Defenders, OMCT-SOS Torture Network, março de 2022 <https://www.oecdwatch.org/wp-content/uploads/sites/8/2022/03/Bridging-Brazilian-governance-gaps-Environmental-and-human-rights-defenders-2.pdf> (acesso em 7 de julho de 2022); ‘Killing Of Human Rights Defender And Landless Worker Fernando Dos Santos Araújo’, Frontline Defenders, <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/killing-human-rights-defender-and-landless-worker-fernando-dos-santos-ara%C3%BAjo> (acesso em 7 de julho de 2022)
- 20 ‘Justice for Isac Tembél’, Rossi, C., Amazon Watch, 19 de fevereiro de 2021 <https://amazonwatch.org/news/2021/0219-justice-for-isac-tembe> (acesso em 7 de julho de 2022)

- 21** 'The Day Tuticorin Burned. Part III English'. People's Inquest into Thoothukudi Police Firing June 2018, p.21 <https://www.peopleswatch.org/reports/fact-finding/day-tuticorin-burned> (acesso em 3 de agosto de 2022)
- 22** 'No Warning: Witnesses describe how police shot and killed smelter protesters in Thoothukudi', Varadhan, S., Reuters, 29 de maio de 2018 <https://www.reuters.com/article/vedanta-smelter-insight-idINKCN1IU1W9?edition-redirect=in>; Sterlite Copper <https://www.sterlitecopper.com/> (acesso em 15 de agosto de 2022);
- 23** 'The Summer That Shook Thoothukudi: A Brief Look at the People's Inquest Report into Thoothukudi Police Firing', People's Watch, 15 de julho de 2018 <https://www.peopleswatch.org/reports/fact-finding/summer-shook-thoothukudi> (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 24** 'No Warning: Witnesses describe how police shot and killed smelter protesters in Thoothukudi', Varadhan, S., Reuters, 29 de maio de 2018 <https://www.reuters.com/article/vedanta-smelter-insight-idINKCN1IU1W9?edition-redirect=in>;
- 25** 'The Summer That Shook Thoothukudi: A Brief Look at the People's Inquest Report into Thoothukudi Police Firing', People's Watch, 15 de julho de 2018 <https://www.peopleswatch.org/reports/fact-finding/summer-shook-thoothukudi> (acesso em 15 de agosto de 2022)
- 26** *ibid.*
- 27** 'Three Years After Thoothukudi Burned', People's Watch, 22 de maio de 2022, p.15-16 <https://www.peopleswatch.org/reports/fact-finding/three-years-after-thoothukudi-burned> (acesso em 5 de agosto de 2022); 'Thoothukudi firing: Inquiry Commission report names top police officials for violations', Frontline, 23 August 2022 (accessed 23 August 2022); 'Government will table in Assembly report on Tuticorin firing', Times Of India, 21 de agosto de 2022 <https://timesofindia.indiatimes.com/city/chennai/government-will-table-in-assembly-report-on-tuticorin-firing/articleshow/93684552.cms> (acesso em 23 de agosto de 2022)
- 28** 'Vedanta's controversial history in India', Brut media <https://www.brut.media/in/news/vedanta-s-controversial-history-in-india-24f293e3-ee32-4cb8-a5bd-397922b4005d> (acesso em 1 de agosto de 2022); 'Dongria Kondhs in Odisha Win against Vedanta as Supreme Court Bans Mining in Niyamgiri', Land Conflict Watch, 22 de outubro de 2016 <https://www.landconflictwatch.org/conflicts/tribals-in-niyamgiri-protest-against-bauxite-mining-by-vedanta-limited> (acesso em 1 de agosto de 2022)
- 29** 'Human rights defenders & business in 2021: Protecting the rights of people driving a just transition', Business and Human Rights Resource Centre, 5 de abril de 2022 <https://www.business-humanrights.org/en/from-us-briefings/hrds-2021/> (acesso em 1 de agosto de 2022)
- 30** 'Joint statement In Response to the EU-India human rights dialogue: Calling on the EU to address reprisals against human rights defenders in India', Human Rights Defenders Alert – India, 26 de julho de 2022 <https://hrdaindia.org/joint-statement-in-response-to-the-euindia-human-rights-dialogue-calling-on-the-eu-to-address-reprisals-against-human-rights-defenders-in-india> (acesso em 1 de agosto de 2022)
- 31** 'Land and environmental defenders: annual report archive', Global Witness <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/land-and-environmental-defenders-annual-report-archive/>
- 32** 'A Hidden Crisis', Global Witness, 19 de junho de 2012, p.2 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/hidden-crisis/> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Last Line of Defence: The industries causing the climate crisis and attacks against land and environmental defenders', Global Witness, setembro de 2021, p.10 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/last-line-defence/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 33** 'Indigenous-led Conservation in the Amazon: A win-win-win solution', Amazon Frontlines, fevereiro de 2019 <https://amazonfrontlines.org/chronicles/indigenous-conservation-amazon/> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Indigenous best Amazon stewards, but only when property rights assured: Study', Branford, S., Mongabay <https://news.mongabay.com/2020/08/indigenous-best-amazon-stewards-but-only-when-property-rights-assured-study/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 34** 'Organized crime drives violence and deforestation in the Amazon, study shows', Brown, S., Mongabay, 1 de agosto de 2022 <https://news.mongabay.com/2022/08/organized-crime-drives-violence-and-deforestation-in-the-amazon-study-shows/> (acesso em 23 de agosto de 2022); 'Brazil Exports', Trading Economics <https://tradingeconomics.com/brazil/exports> (acesso em 18 de agosto de 2022); Brazil Country Profile, The Observatory of Economic Complexity, <https://oec.world/en/profile/country/bra> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 35** 'Land conflicts in Brazil break record under Bolsonaro', Ennes, J., Mongabay, 2 de junho de 2021 <https://news.mongabay.com/2021/06/land-conflicts-in-brazil-break-record-in-2020-under-bolsonaro/> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'The battle for Brazil's indigenous land heats up', France 24, 12 July 2021 <https://www.france24.com/en/live-news/20210712-the-battle-for-brazil-s-indigenous-land-hots-up> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 36** 'Brazil: Indigenous Rights Under Serious Threat', Human Rights Watch, 9 de agosto de 2022 <https://www.hrw.org/news/2022/08/09/brazil-indigenous-rights-under-serious-threat> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Igniting global outrage, Brazil's Bolsonaro baselessly blames NGOs for Amazon fires', Boadle, A., Stargardter, G., Reuters, 21 de agosto de 2021 <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-idUSKCN1VB1BY> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Jair Bolsonaro launches assault on Amazon rainforest protections', Phillips, D., The Guardian, 2 January 2019 <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/02/brazil-jair-bolsonaro-amazon-rainforest-protections> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Brazil guts agencies, 'sabotaging environmental protection' in Amazon: Report', Branford, S., and Borges, T., 1 de fevereiro de 2022 <https://news.mongabay.com/2021/02/brazil-guts-agencies-sabotaging-environmental-protection-in-amazon-report/> (acesso em 23 de agosto de 2022)
- 37** 'There is a war on nature. Dom Phillips was killed trying to warn you about it', Watts, J., The Guardian, 16 de junho de 2022 <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/jun/16/dom-phillips-bruno-pereira-death-war-on-nature> (acesso em 24 de julho de 2022)
- 38** 'Javari valley: the lawless primal wilderness where Dom Phillips went missing', Collins, D., The Guardian, 9 de junho de 2022 <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/09/dom-phillips-javari-valley-brazil-amazon-cocaine-smuggling> (acesso em 25 de julho de 2022); 'Bruno Pereira: the dedicated defender of Indigenous rights missing in Brazil', Downie, A., and Barretto B., The Guardian, 8 de junho de 2022 <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/08/bruno-pereira-missing-indigenous-rights-defender-brazil-amazon>
- 39** 'Human Rights in Colombia and implementation of the 2016 peace agreement', 12 de abril de 2022, House of Commons <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cdp-2021-0119/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 40** 'Teatro De Sombras', Informe anual 2021, Programa Somos Defensores <https://drive.google.com/file/d/1-cyEWpykRIGU57cO-kNZFHmcTvOJfLy/view> (acesso em 7 de julho de 2022)
- 41** 'Colombia: Authorities must comply with IACHR recommendations regarding human rights violations denounced in the context of the national strike', Amnesty International, 7 de julho de 2022 <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2021/07/colombia-las-autoridades-deben-cumplir-con-las-recomendaciones-de-la-cidh-relativas-a-las-violaciones-de-derechos-humanos-denunciadas-en-el-contexto-del-paro-nacional/> (acesso em 7 de julho de 2022); 'IACHR Completes Working Visit to Colombia and Issues Observations and Recommendations', Organisation of American States, 7 July 2021 https://www.oas.org/en/iachr/jsForm?File=/en/iachr/media_center/preleases/2021/167.asp#:~:text=Washington%2C%20D.C.%20%E2%80%93%20The%20Inter%2D,mecanism%20to%20overcome%20social%20conflict. (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the situation of human rights in Colombia (A/HRC/49/19) (Unofficial English version)', 4 de março de 2022 <https://reliefweb.int/report/colombia/report-united-nations-high-commissioner-human-rights-situation-human-rights-0> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 42** 'Export Markets' – Philippines', Australian Trade and Investment Commission <https://www.austrade.gov.au/australian/export/export-markets/countries/philippines/industries/mining#:~:text=The%20market,but%20those%20remain%20largely%20untapped.> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 43** 'Republic of the Philippines. Department of Environment and Natural Resources. Mines and Geosciences Bureau'; 'Philippine groups slam "cruel Christmas gift" as open-pit mining ban is lifted', Sarmiento, B., Mongabay, 11 de janeiro de 2022 <https://news.mongabay.com/2022/01/philippine-groups-slam-cruel-christmas-gift-as-open-pit-mining-ban-is-lifted/>
- 44** 'Complete turnaround': Philippines' Duterte lifts ban on new mining permits', Chavez, L., Mongabay, 15 de abril de 2021 <https://news.mongabay.com/2021/04/philippines-duterte-lifts-ban-on-new-mining-permits/>

- com/2021/04/complete-turnaround-philippines-duterte-lifts-ban-on-new-mining-permits/ (acesso em 7 de julho de 2022); ‘Philippine groups slam ‘cruel Christmas gift’ as open-pit mining ban is lifted’, Sarmiento, B., Mongabay, 11 de janeiro de 2022 <https://news.mongabay.com/2022/01/philippine-groups-slam-cruel-christmas-gift-as-open-pit-mining-ban-is-lifted/> (acesso em 17 de agosto de 2022)
- 45 ‘Full Text: President Marcos’ inaugural speech’, Rappler, 30 de junho de 2022 <https://www.rappler.com/nation/full-text-philippine-president-marcos-jr-inaugural-speech/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 46 ‘Missing: Environmental and human rights policies notably absent from Ferdinand Marcos Jr.’s first state of nation address’, Cox, R., Global Witness blog, 26 de julho de 2022 <https://www.globalwitness.org/en/blog/environmental-human-rights-policies-ferdinand-marcos-jrs-state-of-nation-address/> (acesso em 3 de agosto de 2022); ‘Philippines: Marcos Should Focus on Rights Issues’, Human Rights Watch, 22 de julho de 2022 <https://www.hrw.org/news/2022/07/22/philippines-marcos-should-focus-rights-issues> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 47 ‘Defending the Philippines: How broken promises are leaving land and environmental defenders at the mercy of business at all costs’, Global Witness, 24 de setembro de 2019 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-philippines/> (accessed 18 August 2022); ‘Mining Transparency Index 2017’, Bantay Kita, 28 de fevereiro de 2018 <http://www.bantaykita.ph/for-publications/mining-transparency-index-2017>
- 48 Human Rights Watch. Annual Report (2012) Philippines Summary. Available from: <http://www.hrw.org/world-report-2012/world-report-2012-philippines> (acesso em 25 de julho de 2022); ‘Situation of human rights in the Philippines Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights’, Human Rights Council. Forty-fourth session 15 June–3 July 2020 Agenda item 2. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2020/06/philippines-un-report-details-widespread-human-rights-violations-and> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 49 ‘Invasion’, YouTube https://www.youtube.com/watch?v=D3R5Uy5O_Ds (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 50 ‘What you need to know about the Coastal GasLink pipeline conflict’, Bellrichard, C., Barrera, J., CBC News, 12 de fevereiro de 2020 <https://www.cbc.ca/news/indigenous/wet-suwet-en-coastal-gaslink-pipeline-1.5448363> (acesso em 5 de agosto de 2022); ‘Request for Early Warning & Urgent Action Procedures. Enviado para: Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial para consideração em sua 105ª Sessão (15 de novembro de 2021 – 3 de dezembro de 2021) em relação a: Atualização sobre a ameaça iminente aos povos e territórios indígenas na Colúmbia Britânica, Canadá, 23 de novembro de 2021
- 51 ‘Request for Early Warning & Urgent Action Procedures. Enviado para: Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial para consideração em sua 105ª Sessão (15 de novembro de 2021 – 3 de dezembro de 2021) em relação a: Atualização sobre a ameaça iminente aos povos e territórios indígenas na Colúmbia Britânica, Canadá. 23 de novembro de 2021’; ‘Invasion’, YouTube https://www.youtube.com/watch?v=D3R5Uy5O_Ds (acesso em 5 de agosto de 2022); Request for early warning and urgent action procedures. Enviado para: Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial para consideração em sua 100ª Sessão (25 de novembro de 2019 – 13 de dezembro de 2019) em relação a: Ameaça iminente aos povos e territórios indígenas na Colúmbia Britânica, Canadá. Enviado por: Justice for Girls Outreach Society 29 de novembro de 2019
- 52 ‘Request for Early Warning & Urgent Action Procedures. Enviado para: Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial para consideração em sua 105ª Sessão (15 de novembro de 2021 – 3 de dezembro de 2021) em relação a: Atualização sobre a ameaça iminente aos povos e territórios indígenas na Colúmbia Britânica, Canadá. 23 de novembro de 2021’
- 53 Ibid.
- 54 ‘Five Things You Should Know About the Wet’Sewet’en’ Fight for their Rights’, Council Of Canadians, 24 de fevereiro de 2020 <https://canadians.org/analysis/five-things-you-should-know-about-wetsuwetens-fight-their-rights/> (acesso em 5 de agosto de 2022) <https://theconversation.com/how-canada-committed-genocide-against-indigenous-peoples-explained-by-the-lawyer-central-to-the-determination-162582>
- 55 ‘How Canada committed genocide against Indigenous peoples, explained by the lawyer central to the determination’, Lafontaine, F., 11 de junho de 2022
- 56 ‘Uneven Ground: Land Inequality at the heart of unequal societies’, International Land Coalition, 24 de novembro de 2020 <https://www.landcoalition.org/en/uneven-ground/> (acesso em 3 de julho de 2022); ‘Unearthed: Land, Power and Inequality In Latin America, Oxfam International, novembro de 2016 https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf
- 57 ‘Uneven Ground: Land Inequality at the heart of unequal societies’, International Land Coalition, 24 de novembro de 2020 <https://www.landcoalition.org/en/uneven-ground/> (acesso em 3 de julho de 2022)
- 58 Ibid.
- 59 ‘Brazil: Country with the highest murder rate of land and environmental defenders in the world’, Conectas, 24 de julho de 2018 <https://www.conectas.org/en/noticias/murder-rate-land-environmental-defenders/> (acesso em 25 de julho de 2022)
- 60 ‘Novel study maps out the inequality of land distribution and ownership in Brazil’, Trade Development & the Environment Hub, 10 de agosto de 2020 <https://tradedev.hub.earth/2020/08/10/novel-study-maps-out-the-inequality-of-land-distribution-and-ownership-in-brazil/> (acesso em 3 de julho de 2022)
- 61 ‘Colombia’s challenge: addressing land inequality and consolidating peace’, Land Portal <https://www.landportal.org/blog-post/2021/02/colombias-challenge-addressing-land-inequality-and-consolidating-peace> (acesso em 3 de julho de 2022)
- 62 ‘Crime-Conflict Nexus: Criminal Agendas and Peace Negotiations – The Case of Colombia’, de Boer, J., Bosetti, L., Garzón-Vergara, J., United Nations University Centre for Policy Research <https://cpr.unu.edu/research/projects/criminal-agendas-and-peace-negotiations-the-case-of-colombia.html> (acesso em 25 de julho de 2022)
- 63 ‘Dispossession and accumulation: violence, pacification and land conflicts in Colombia’, Grajales, J., Critique internationale, 2017/2 (No 75), p. 21-36. URL: <https://www.cairn-int.info/journal-critique-internationale-2017-2-page-21.htm> (acesso em 18 de agosto de 2022); ‘Territory is Everything’: Afro-Colombian Communities, Human Rights and Illegal Land Grabs HRLR Online 27 de maio de 2020, Columbia Human Rights Law Review <https://hrlr.law.columbia.edu/hrlr-online/territory-is-everything-afro-colombian-communities-human-rights-and-illegal-land-grabs/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 64 ‘A Snapshot Of Inequality: What The Latest Agricultural Census Reveals About Land Distribution in Colombia’, Oxfam, 10 de julho de 2017 <https://www.oxfam.org/en/research/snapshot-inequality> (acesso em 3 de julho de 2022)
- 65 ‘Uneven Ground: Land Inequality at the heart of unequal societies’, International Land Coalition, 24 de novembro de 2020 <https://www.landcoalition.org/en/uneven-ground/> (acesso em 3 de julho de 2022)
- 66 Ibid.
- 67 Land Matrix <https://landmatrix.org/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 68 ‘Tainted Lands: Corruption in Large-Scale Land Deals’, Global Witness, 15 de novembro de 2015 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/tainted-lands-corruption-large-scale-land-deals/> (acesso em 4 de julho de 2022); ‘Land and Investments’, Land Portal <https://landportal.org/issues/land-and-investments> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 69 ‘Tainted Lands: Corruption in Large-Scale Land Deals’, Global Witness, 15 de novembro de 2015, p.28-29 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/tainted-lands-corruption-large-scale-land-deals/> (acesso em 4 de julho de 2022)
- 70 ‘The Global Expansion of Authoritarian Rule’, Freedom House, 2022 <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2022/global-expansion-authoritarian-rule> (acesso em 4 de julho 2022)
- 71 ‘The Global Expansion of Authoritarian Rule’, Freedom House, 2022 <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2022/global-expansion-authoritarian-rule> (acesso em 4 de julho de 2022) See Civicus Monitor – Brazil country profile <https://monitor.civicus.org/country/brazil/> and India country profile <https://monitor.civicus.org/country/india/> (acesso em 18 de agosto de 2022); ‘Brazil: Bill amending Anti-Terrorism Law violates human rights’, OMCT (World Organisation Against Torture) 25 de outubro de 2021

- <https://www.omct.org/en/resources/news-releases/brazil-bill-amending-anti-terrorism-law-violates-human-rights> (acesso em 24 de agosto de 2022); 'Brazil: Reject Anti-Indigenous Rights Bill', Human Rights Watch, 24 August 2021 (acesso em 24 de agosto de 2022); 'India: UN slams anti-terror laws amid controversial arrests', Krishnan, M., Deutsche Welle, 6 de dezembro de 2022 <https://www.dw.com/en/india-un-slams-anti-terror-laws-amid-controversial-arrests/a-60034650> (acesso em 24 de agosto de 2022); 'Indian law on foreign funding a 'tool to silence' civil society', Swart, M., Al Jazeera <https://www.aljazeera.com/news/2020/11/13/restrictions-on-funding-of-indian-civil-society> (acesso em 24 de agosto de 2022)
- 72** European Center For Constitutional And Human Rights <https://www.ecchr.eu/en/topic/shrinking-spaces/> (acesso em 4 de julho de 2022)
- 73** 'Civic Space on a Downward Spiral', Civicus Monitor Findings 2020 <https://findings2020.monitor.civicus.org/downward-spiral.html> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 74** 'Impunity for killings of human rights defenders remains a key driver for more murders, Special Rapporteur on the situation of human rights defenders tells Human Rights Council', United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 5 de março de 2021 <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/03/impunity-killings-human-rights-defenders-remains-key-driver-more-murders> (acesso em 24 de agosto de 2022)
- 75** 'Crime and no punishment: Impunity shrouds killings of Indigenous Amazonian defenders', Espinoza, V., Alvires, G., Mongabay, 17 de agosto de 2022 <https://news.mongabay.com/2022/08/crime-and-no-punishment-impunity-shrouds-killings-of-indigenous-amazonian-defenders/> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'UN human rights experts call for independent probe into Philippines violations', United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 7 de junho de 2019 <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2019/06/un-human-rights-experts-call-independent-probe-philippines-violations> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 76** 'Towards an Effective Investigation of Threats Against Human Rights Defenders', CEJIL, 2021 <https://cejil.org/wp-content/uploads/2021/12/Survey-PLE.pdf>; 'Berta Cáceres Murder Report Underscores Criminal Ties of Honduras Business, State', Asman, P., Insight Crime, 1 de novembro de 2017 <https://insightcrime.org/news/analysis/bertha-caceres-murder-coordinated-plot-made-months-prior-report/>
- 77** 'Dealing with Disclosure', Global Witness, 19 de abril de 2012 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/dealing-disclosure/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 78** 'Our global food system is the primary driver of biodiversity loss', UN Environment Programme, 3 de fevereiro de 2021 <https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/our-global-food-system-primary-driver-biodiversity-loss> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Explainer: Can climate change and biodiversity loss be tackled together?', Carbon Brief, 16 de junho de 2022 <https://www.carbonbrief.org/explainer-can-climate-change-and-biodiversity-loss-be-tackled-together/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 79** 'Reserva de la Biosfera Sierra de Manantlán', Lonely Planet - Mexico <https://www.lonelyplanet.com/mexico/western-central-highlands/inland-colima-state/attractions/reserva-de-la-biosfera-sierra-de-manatlan/a/poi-sig/1562623/361672> (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 80** UNESCO - Biosphere Reserves <https://en.unesco.org/biosphere/lac/sierra-de-manatlan> (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 81** 'Tras probable ejecución extrajudicial de opositor a mina Peña Colorada, exigen que federación investigue', Pie de Página, 12 de abril de 2021 <https://piedepagina.mx/tras-probable-ejecucion-extrajudicial-de-opositor-a-mina-pena-colorada-exigen-que-federacion-investigue/> (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 82** 'La "guerra" contra el Congreso Nacional Indígena', Camacho, Z., Contra Linea, 17 de junho de 2019 <https://contralinea.com.mx/investigacion/la-guerra-contra-el-congreso-nacional-indigena/> (acesso em 5 de agosto de 2022); 'Los pueblos indios pagan caro negarse a desaparecer y defender su territorio', Ojarasca, <https://www.jornada.com.mx/2010/02/20/oja154-lospueblos.html> (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 83** 'Tras probable ejecución extrajudicial de opositor a mina Peña Colorada, exigen que federación investigue', Pie de Página, 12 de abril de 2021 <https://piedepagina.mx/tras-probable-ejecucion-extrajudicial-de-opositor-a-mina-pena-colorada-exigen-que-federacion-investigue/> (acesso em 5 de agosto de 2022); According to Orbis data
- 84** 'Tras probable ejecución extrajudicial de opositor a mina Peña Colorada, exigen que federación investigue', Pie de Página, 12 de abril de 2021 <https://piedepagina.mx/tras-probable-ejecucion-extrajudicial-de-opositor-a-mina-pena-colorada-exigen-que-federacion-investigue/> (acesso em 5 de agosto de 2022)
- 85** 'Business support for HRDs & civic freedoms', Business & Human Rights Resource Centre, <https://www.business-humanrights.org/en/big-issues/human-rights-defenders-civic-freedoms/how-companies-investors-can-support-hrds/> (acesso em 7 de julho de 2022)
- 86** Business and Human Rights In Law. Key Developments <http://www.bhrinlaw.org/key-developments> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 87** 'Crimes that affect the environment', UN Office on Drugs and Crime <https://www.unodc.org/unodc/en/environment-climate/> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 88** See 'A Hidden Crisis', Global Witness, 19 de junho 2012, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/hidden-crisis/> and subsequent annual reports on environmental defenders from Global Witness <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/land-and-environmental-defenders-annual-report-archive/> (acesso em 3 de agosto de 2022)
- 89** 'We are killing species at 1000 times the natural rate', Aldhous, P., New Scientist, 29 de maio de 2014 <https://www.newscientist.com/article/dn25645-we-are-killing-species-at-1000-times-the-natural-rate/> (acesso em 3 de agosto de 2022); WWF https://www.panda.org/discover/our_focus/biodiversity/biodiversity/ (acesso em 3 de agosto de 2022)
- 90** 'Humans need to value nature as well as profits to survive, UN report finds', Weston, P., The Guardian, 11 de julho de 2022 <https://www.theguardian.com/environment/2022/jul/11/humans-value-nature-survive-un-report-age-of-extinction> (acesso em 25 de julho de 2022); 'UN report: Value of nature must not be overridden by pursuit of short-term profit', UN News, United Nations, 11 de julho de 2022 <https://news.un.org/en/story/2022/07/1122322> (acesso em 25 de julho de 2022)
- 91** Units intended to represent reduced or avoided greenhouse gases
- 92** 'Carbon offset transactions surge despite environmental concerns', Financial Times, 16 September 2021 <https://www.ft.com/content/5ca87325-0baf-47fb-85e0-b1e4746f46e9> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 93** 'REDD and Natural Climate Solutions are a massive distraction from real climate solutions', REDD-Monitor, 14 de dezembro de 2021 <https://redd-monitor.org/2021/12/14/redd-and-natural-climate-solutions-are-a-massive-distraction-from-real-climate-solutions/> (acesso em 30 de junho de 2022); 'Carbon trading continues: What's wrong with the voluntary market', Global Witness, 24 de maio de 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/greenwashing/carbon-trading-continues-whats-wrong-with-the-voluntary-market/> (acesso em 30 de junho de 2022)
- 94** 'The biggest problem with carbon offsetting is that it doesn't really work', Al Ghussain, A., Greenpeace UK <https://www.greenpeace.org.uk/news/the-biggest-problem-with-carbon-offsetting-is-that-it-doesnt-really-work/> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'A dangerous distraction - the offsetting con', Childs, M., and de Zylva, P., Friends of the Earth <https://policy.friendsoftheearth.uk/insight/dangerous-distraction-offsetting-con> (acesso em 18 de agosto de 2022)
- 95** Status of Legal Recognition of Indigenous Peoples', Local Communities' and Afro-descendant Peoples' Rights to Carbon Stored in Tropical Lands and Forests. Communities and Proposed Nature-Based Solutions at High Risk due to Lack of Recognition of Land and Carbon Rights of Indigenous Peoples, Local Communities, and Afro-Descendant Peoples. Policy Brief. Rights and Resources, maio de 2021 <https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/Carbon-Rights-Brief-6-pager-v8.pdf> (acesso em 30 de junho de 2022)
- 96** 'A Big New Forest Initiative Sparks Concerns of a "Carbon Heist"', Pearce, F., Yale Environment 360, 28 de outubro de 2021 <https://e360.yale.edu/features/a-big-new-forest-initiative-sparks-concerns-of-a-carbon-heist> (acesso em 30 de junho de 2022)
- 97** 'Human Rights Violations in Honduras linked to Aguan Biogas Project continue (Newsletter #13)', Carbon Market Watch, 4 de abril de 2011 (acesso em 30 de junho de 2022); 'The Darker Side Of Green: Plantation Forestry And Carbon Violence In Uganda. The Case of Green Resources' Forestry-Based Carbon Markets', The Oakland Institute, 2019 https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/Report_DarkerSideofGreen_lorez.pdf ; 'Evicted for carbon credits: New Oakland Institute report confirms forced

evictions for Green Resources' plantations in Uganda', REDD-Monitor, 29 de agosto de 2019 <https://redd-monitor.org/2019/08/29/evicted-for-carbon-credits-new-oakland-institute-report-confirms-forced-evictions-for-green-resources-plantations-in-uganda/> (acesso em 30 de junho de 2022); 'Evicted for carbon credits: Norway, Sweden and Finland displace Ugandan farmers for carbon trading', The Oakland Institute, 16 de agosto de 2019 <https://www.oaklandinstitute.org/evicted-carbon-credits-green-resources> (acesso em 18 de agosto de 2022)

98 'COP21 Highlights the risks that land and environmental defenders face', Peace Brigades International <https://www.peacebrigades.org/en/cop21-highlights-risks-land-and-environmental-defenders-face> (acesso em 18 de agosto de 2022)

99 No texto final, todas as referências a esses direitos foram relegadas às palavras não vinculativas e meramente aspiracionais do preâmbulo. 'COP21 Highlights the risks that land and environmental defenders face', Peace Brigades International <https://www.peacebrigades.org/en/cop21-highlights-risks-land-and-environmental-defenders-face> (acesso em 30 de junho de 2022)

100 <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/16/indigenous-climate-activists-cop26-endangers-native-communities>

101 Indigenous Climate Action <https://www.indigenousclimateaction.com/our-story> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Guest post: An Indigenous peoples' approach to climate justice', McGregor, D., Carbon Brief, 8 de outubro de 2021 <https://www.carbonbrief.org/guest-post-an-indigenous-peoples-approach-to-climate-justice/> (acesso em 24 de agosto de 2022)

102 '5 key points in the IPCC report on climate change impacts and adaptation', Climate Champions, UNFCCC, 4 de março de 2022 <https://climatechampions.unfccc.int/5-key-points-in-the-ipcc-report-on-climate-change-impacts-and-adaptation/#:~:text=The%20IPCC%20also%20finds%20that,unequally%20distributed%20around%20the%20world.&text=The%20IPCC%20cites%20evidence%20of,what's%20known%20as%20%E2%80%9Cmaladaptation%E2%80%9D.> (acesso em 25 de julho de 2022)

103 'Honduras: Five years after the murder of Berta Cáceres, indigenous and environmental defender, David Castillo, former executive of DESA, is found guilty of being a co-conspirator to the crime', Business and Human Rights Resource Centre, 6 de julho de 2021 <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/honduras-five-years-after-the-murder-of-berta-caceres-indigenous-and-environmental-defender-david-castillo-former-executive-of-desa-is-found-guilty-of-being-a-co-conspirator-to-the-crime/>

104 'Honduras: the deadliest country in the world for environmental activism', Global Witness, 31 de janeiro de 2017 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em 18 de agosto de 2022); 'Berta Cáceres, Honduran human rights and environment activist, murdered', Watts, J., The Guardian, 4 de março de 2016 <https://www.theguardian.com/world/2016/mar/03/honduras-berta-caceres-murder-environment-activist-human-rights> (acesso em 18 de agosto de 2022)

105 'Honduras: man who planned Berta Cáceres's murder jailed for 22 years', The Guardian, 20 de junho de 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/20/honduras-man-who-planned-berta-caceress-jailed-for-22-years>

106 'Honduras: man who planned Berta Cáceres's murder jailed for 22 years', The Guardian, 20 de junho de 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/20/honduras-man-who-planned-berta-caceress-jailed-for-22-years>

107 'Landmark decision: Brazil Supreme Court sides with Indigenous land rights', Mongabay, 13 de abril de 2021 <https://news.mongabay.com/2021/04/landmark-decision-brazil-supreme-court-sides-with-indigenous-land-rights/>

108 'Landmark decision: Brazil Supreme Court sides with Indigenous land rights', Mongabay, 13 de abril de 2021 <https://news.mongabay.com/2021/04/landmark-decision-brazil-supreme-court-sides-with-indigenous-land-rights/>

109 'Frequently Asked Questions On Dutch District Court Legal Case', Shell, Atualizado em 22 de março de 2022 https://www.shell.com/media/news-and-media-releases/2021/shell-confirms-decision-to-appeal-court-ruling-in-netherlands-climate-case/_jcr_content/par/grid_copy_copy_copy/_p0/textimage.stream/1647925854400/460167304a697f411be1b9f80c6e05be0ac057fb/dutch-district-legal-case-faq.pdf; 'A Dutch court rules that Shell must step up its climate change efforts', Reed, S., and Moses, C., New York Times, 28 de outubro de 2021 <https://www.nytimes.com/2021/05/26/business/royal-dutch-shell-climate-change.html> (acesso em 24 de agosto de 2022)

110 'Indigenous communities in South Africa sue, protest off-shore oil and gas exploration', 10 de dezembro de 2021, Mongabay, <https://news.mongabay.com/2021/12/indigenous-communities-in-south-africa-sue-protest-off-shore-oil-and-gas-exploration/>; 'In their Legal Victory over Shell, South Africa's Indigenous Communities Continue to Assert their Power', 7 de fevereiro de 2022, Hakai magazine <https://hakaimagazine.com/news/in-their-legal-victory-over-shell-south-africas-indigenous-communities-continue-to-assert-their-power/>

111 'Indonesia's Sangihe islanders score legal victory over mining company', 20 de junho de 2022, Mongabay, <https://news.mongabay.com/2022/06/indonesias-sangihe-islanders-score-legal-victory-over-mining-company/>

112 'No Consent. Astra Agro Lestari's land grab in Central and West Sulawesi, Indonesia', Friends of the Earth United States & WALHI, March 2022 <https://foe.org/resources/astra-agro-lestari/> (acesso em 18 de agosto de 2022)

113 'Fighting to Win: How an Indonesian Land Defender Stood up to Conflict Palm Oil', Friends of the Earth, 31 de janeiro de 2022, <https://foe.org/blog/indonesian-land-defender/>; 'When we fight for our rights we can win: Indonesian farmer's land returned after 15 years', WALHI and Milieu Defensie, janeiro de 2022

114 'Proposal for a Directive on corporate sustainability due diligence and annex', European Commission, 23 de fevereiro de 2022 https://ec.europa.eu/info/publications/proposal-directive-corporate-sustainable-due-diligence-and-annex_en (acesso em 26 de julho de 2022)

115 'A Chance At A Sustainable Future: Strengthening The EU's New Law', Global Witness, 4 de abril de 2022 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/holding-corporates-account/can-eu-hold-companies-account/> (acesso em 24 de agosto de 2022)

116 'Indecent Exposure: How EU investors and their subsidiaries are helping to bankroll human rights abuses and environmental destruction', Global Witness, 6 de setembro de 2018 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/indecent-exposure/> (acesso em 5 de agosto de 2022)

117 'IPCC Sixth Assessment Report: Impacts, Adaption and Vulnerability. Summary For Policymakers', Intergovernmental Panel On Climate Change, fevereiro de 2022, D.1.1.1. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>

118 Corporate Climate Responsibility Monitor 2022, New Climate Institute, 7 de fevereiro de 2022 <https://newclimate.org/resources/publications/corporate-climate-responsibility-monitor-2022> (acesso em 24 de agosto de 2022); 'The Climate Crisis – A Race We Can Win', United Nations <https://www.un.org/en/un75/climate-crisis-race-we-can-win> (acesso em 24 de agosto de 2022)

119 The Paris Agreement, United Nations Framework Convention on Climate Change <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>

ENCONTRE OS FATOS EXPONHA A HISTÓRIA MUDE O SISTEMA

Desafiar abusos de poder para proteger os direitos humanos e garantir o futuro do nosso planeta.

globalwitness.org

ISBN: 978-1-911606-69-7
setembro 2022

A Global Witness é uma sociedade limitada por garantia e incorporada na Inglaterra (No.2871809)

Global Witness 2022